



REPÚBLICA
PORTUGUESA

COESÃO TERRITORIAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Relatório de Atividades 2021

Título

Relatório de Atividade 2021

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra, Portugal

Tel.: 239 400 100

Fax: 239 400 115

E-mail: geral@ccdr.pt

url: <http://www.ccdrc.pt>

url: <http://www.centro.portugal2020.pt/>

Presidência da CCDRC/Centro 2020

Isabel Damasceno (Presidente)

Eduardo Anselmo de Castro (Vice-Presidente)

José Morgado Ribeiro (Vice-Presidente)

Jorge Brandão (Vogal Centro 2020)

Luís Filipe (Vogal Centro 2020)

Contribuição dos Serviços

Ana Paula Martins

Adelaide Loio

Alexandra Rodrigues

Alice Paulo

Ana Morais

Carla Almeida

Cláudia Araújo

José Laia Rodrigues

Margarida Bento

Maria José Castanheira Neves

Miguel Leão

Nuno Cortez

Orlindo Vicente

Pedro Geirinhas

Rufina Vilão

Data de edição

Edição inicial -abril de 2022

<i>Capítulo I - NOTA INTRODUTÓRIA</i>	4
<i>Capítulo II – AUTOAVALIAÇÃO</i>	7
<i>Capítulo III –CENTRO 2020</i>	27
<i>Capítulo IV – COMUNICAÇÃO</i>	35
<i>Capítulo VI – RECURSOS HUMANOS</i>	47
<i>Capítulo VII – FORMAÇÃO</i>	51
<i>Capítulo VII – AVALIAÇÃO FINAL</i>	53
<i>IX – ANEXOS</i>	54
<i>ANEXO 1</i>	55
<i>ANEXO 2</i>	64
<i>ANEXO 3</i>	92
<i>ANEXO 4</i>	93

A Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional contribuiu, uma vez mais, para o esforço coletivo de afirmação da Região e dos seus atores no contexto europeu, destacando-se a participação regular em fóruns de discussão de políticas públicas, a nível local, regional, nacional e internacional. De realçar igualmente a aposta na elaboração de um Plano de Capacitação para a Internacionalização alinhado com as prioridades da Estratégia de Especialização Inteligente do Centro e para o acompanhamento e monitorização permanente das Dinâmicas Regionais no Centro.

A Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local continuou a apoiar tecnicamente as autarquias locais no âmbito jurídico-financeiro, em especial no que que concerne aos regimes jurídicos inovadores ou com problemáticas especialmente relevantes, matérias em que o referido acompanhamento técnico se revela especialmente consentâneo com as competências adstritas a esta Direção de Serviços no âmbito do apoio técnico autárquico.

Com esse objetivo, em 2021, foram divulgados, no portal da CCDRC, tópicos autárquicos jurídico-financeiros, pareceres jurídicos, designadamente sobre eleitos locais, órgãos autárquicos, atribuições e competências, recursos humanos, contratação pública, edificação, urbanização, descentralização de competências e finanças locais.

As atividades preponderantes em 2021 permitiram a continuação da consolidação da relação de valor e proximidade entre a CCDRC e as autarquias locais, Municípios e Freguesias, bem como com as entidades intermunicipais, através de serviços de qualidade e de uma postura de excelência, reforçando a capacitação autárquica.

Em matéria de ordenamento do território, não obstante a determinação de elaboração do PROT Centro só tenha ocorrido em 17 dezembro, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, foram já desenvolvidos os procedimentos de contratação das equipas técnicas, tendo sido celebrados 7 contratos de cooperação com Instituições do Ensino Superior da Região, as quais, no âmbito dos respetivos trabalhos, já apresentaram o Relatório Metodológico e o Relatório Preliminar do Diagnóstico Estratégico.

No domínio da colaboração com as entidades de tutela, a DSOT participou ativamente na Comissão Nacional do Território (CNT), em todas as suas reuniões ordinárias e extraordinárias, apresentando também contributos nos diversos grupos de trabalho criados no seio desta comissão, designadamente no Grupo de trabalho da Rede Ecológica Nacional, Grupo de Trabalho do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

No âmbito da decisão concertada das entidades externas, quer nos procedimentos relativos aos instrumentos de planeamento, quer nos procedimentos de gestão territorial manteve-se, à semelhança dos anos anteriores, uma taxa de cumprimento de 100%.

Em matéria de Ambiente, destaca-se a consolidação do trabalho efetuado na promoção da monitorização eficiente dos poluentes atmosféricos e na divulgação da informação ao público, fruto do investimento realizado na renovação da Rede da Qualidade do Ar da Região Centro e na consolidação do procedimento de Controlo e Garantia de Qualidade (QA/QC) para as 9 estações. Na componente de licenciamento, o ano de 2021 foi marcado pela adaptação de procedimentos decorrentes da profunda alteração a que o novo Regime Geral da Gestão de Resíduos e as alterações ao Regime Jurídico da Deposição de Resíduos em Aterro e ao Regime da Gestão de Fluxos Específicos

de Resíduos foram sujeitos no final de 2020. Em 2021, destaca-se, ainda, a emissão dos novos Títulos de Emissão para o Ar, decorrentes do lançamento, no último semestre do ano anterior, desta funcionalidade no módulo Licenciamento Único Ambiental (LUA) da plataforma SILiAmb.

Em termos da atividade de fiscalização na área do ambiente e do ordenamento do território é de destacar a realização do total de 394 ações de fiscalização no âmbito do plano de fiscalização de 2021, asseguradas pela Direção de Serviços de Fiscalização em articulação com as cinco Divisões Sub Regionais. Das referidas ações de fiscalização, 99 foram realizadas no âmbito do Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental (PNFIA) 2021, em articulação com a IGAMAOT; CCDR's; APA; ICNF e com a GNR e PSP, com vista a otimizar os recursos empregues.

Na sequência das ações de fiscalização efetuadas foi possível resolver 95 situações de incumprimento da legislação aplicável.

Foi ainda consolidado o tempo de resposta inferior a 30 dias úteis às denúncias apresentadas de cariz ambiental e no âmbito da Reserva Ecológica Nacional e da Rede Natura 2000.

Os serviços de Fiscalização asseguraram em 2021 a participação no Grupo de trabalho da Rede Nacional IMPEL (Rede Europeia para a Implementação e Aplicação da Legislação Ambiental Vigente - European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law) e no Grupo de Trabalho sobre Crimes Ambientais.

No âmbito da Rede Nacional IMPEL sublinha-se a organização pela CCDR Centro e pela IGAMAOT da 5ª Conferência anual da Rede Nacional IMPEL 2021, realizada presencialmente no dia 16 de abril de 2021, nas instalações desta CCDR, em Coimbra, para Oradores e Moderadores, sendo um evento online para os cerca de 250 Participantes inscritos.

Por fim com vista à otimização processual e garantir padrões de qualidade do trabalho executado no âmbito da fiscalização foram atualizados os procedimentos de atuação nos temas mais importantes.

No contexto do Programa Operacional Regional (POR 2020), 2021 foi um ano que, à semelhança do anterior, continuou a ser marcado pela pandemia da COVID-19, com impacto em toda a sociedade, resultando na atual crise económica, com sérias implicações sociais. Neste contexto, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) continuaram a dar resposta à situação de emergência, flexibilizando a política de coesão com a *Coronavirus Response Investment Initiative* (CRII) com enfoque nas PME o que resultou, no âmbito do PO, na disponibilização de 70M€ para apoio à normalização da atividade empresarial e artística, através da manutenção de postos de trabalho.

Até ao final de 2021 foram abertos 742 períodos de candidatura, num total de 2.837,6M€ de fundo a concurso, dos quais 43 períodos de candidatura lançados em 2021 envolvendo 352,4M€ de fundo. No ano 2021 foram abertos 8 avisos de 42,9€ para operacionalização do Programa de Apoio à Produção Nacional e 5 avisos para infraestruturas e equipamentos de saúde e sociais, num total de 68,3M€.

No final de 2021 encontravam-se aprovadas 9.661 operações nos dez eixos prioritários do Programa, que totalizam 2.409,9€ de fundo comunitário atribuído (1.985,9M€ de FEDER e 424M€ de FSE) correspondendo, respetivamente, a 109,5% e a 124,4% da dotação do fundo programado, e 3.600,5M€ de custo elegível. Em termos globais, os montantes aprovados representam um compromisso de 137% (custo total elegível das operações apoiadas) e 111,8% (fundo).

No que respeita à execução, as operações aprovadas permitiram atingir 1.326,5M€ de fundo executado, que representa 61,6% da dotação fundo, aos quais correspondem 1.852,9M€ de custo elegível (70,5% da dotação).

Em termos de indicadores de realização, até ao final de 2021, destacamos o apoio a 2.774 empresas no âmbito da qualificação e inovação das PME, 254 equipamentos do pré-escolar e do ensino básico, 1.965 mil m2 de espaços públicos criados ou reabilitados em áreas urbanas, 6.156 estudantes nos cursos técnicos superiores profissionais de nível ISCED5 e 1.136 bolseiros de doutoramento.

Relativamente ao Centro 2020, para o ano de 2022 o objetivo principal continua a ser garantir uma elevada velocidade de execução do Programa, para que se mantenha o ritmo impresso em 2021, permitindo chegar ao fim do ano com uma taxa de execução de 82,1%.

O ano de 2021 foi caracterizado pelo cumprimento dos grandes objetivos que estavam previstos para as áreas financeira, tecnológica e de recursos humanos. São de destacar a consolidação do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), o acompanhamento do processo de regularização dos precários do Centro 2020 e da CCDRC no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP) e a consolidação do sistema de informação numa infraestrutura tecnológica robusta, fiável e segura.

Capítulo II – AUTOAVALIAÇÃO

No presente capítulo é efetuada a autoavaliação dos serviços, cumprindo assim o estabelecido no Artigo 15º - “Autoavaliação” da Lei n.º 66-B/2008, de 28 de dezembro de 2008. Esta avaliação é um exercício que pretende evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do Serviço, em particular, face aos objetivos anualmente fixados.

Análise do QUAR 2021

A **Missão** da CCDRC foi definida como a seguinte: *“Executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional, promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da NUT II Centro para*

Desenvolver e Coordenar o Centro de Portugal”

Para o ano de 2020, a Presidência da CCDRC definiu os seguintes **Objetivos Estratégicos** no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR):

OE 1 - Promoção da competitividade das empresas e das instituições da Região

OE 1.1. Qualificação e promoção do investimento inovador

OE 1.2. Transferência de Conhecimento e de Tecnologia das Entidades do Sistema Científico e Tecnológico para a Sociedade"

OE 2 - Dinamização do desenvolvimento sustentado, estruturado, ordenado e equilibrado do território e da qualidade de vida das suas populações

OE 3 - Promoção da Coesão Territorial

OE 4 - Promoção da Coesão Social

OE 5 - Promoção e divulgação da Região Centro, a nível nacional e

OE 6 - Apoio, através de serviços de qualidade e de uma postura de excelência, aos agentes locais, sub-regionais, regionais, assim como aos cidadãos, reforçando a respetiva capacitação

OE 7 - Reforço da motivação, envolvimento e satisfação dos colaboradores

Na tabela seguinte é apresentada a autoavaliação quantitativa e qualitativa do cumprimento dos objetivos operacionais e estratégicos da organização.

- a) **Autoavaliação quantitativa**, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro:

Tabela 1 – Autoavaliação quantitativa

Eficácia (20%)						
Objetivo Operacional 1 Consolidar o fluxo dos processos de contraordenações (Peso – 40%)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Ind. 1 - Percentagem de decisões tomadas em processos de contraordenação ambiental	70%	10%	100%	75.8%	100%	Atingiu
Objetivo Operacional 2 Promover e garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território (Peso - 60%) -% – Objetivo Relevante						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Ind. 2 - Número de situações em que foi reposta a legalidade após notificação da CCDRC aos infratores	50	10	88	95	129%	Superou
Eficiência (30%)						
Objetivo Operacional 3 Garantir a eficiência de resposta na Administração Pública (Peso 30)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Ind. 3 - Número de análises do acompanhamento do exercício económico-financeiro fundamental dos Municípios da Região Centro (Peso 100%)	1	1	2	1	100%	Atingiu
Objetivo Operacional 4 Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização – (Peso – 30%)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Ind. 4 - Aprovação do Plano de Capacitação para a Internacionalização de I&D&i alinhado com a RIS3 do Centro (Peso 50%)	304	31	273	273	100%	Atingiu
Ind. 5 - N.º de iniciativas de articulação com entidades regionais com vista à promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC (Peso 50%)	30	3	42	66	175%	Superou
Objetivo Operacional 5 Acelerar a execução dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020– (Peso 40%) – Objetivo Relevante						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Ind. 6 - Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos avisos (Peso 20%)	80%	2%	100%	80.2%	100%	Atingiu
Ind. 7 - Taxa de Execução do Centro 2020 (Peso 50%)	60%	2%	78%	62%	100%	Atingiu
Ind. 8 -Taxa de cumprimento da regra N+3 PT 2020 (Peso 30%)	110%	2%	140%	110%	100%	Atingiu
Qualidade (50%)						
Objetivo Operacional 6 - Potenciar a CCDRC como uma boa casa para trabalhar- (Peso 40%) - – Objetivo Relevante						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor	Resultado	Taxa de	Classificação

			crítico		Execução	
Ind. 9 - Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis, relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal (Peso 30%)	80%	5%	100%	100%	125%	Superou
Ind. 10 - Percentagem de Trabalhadores com Formação Profissional (Peso 30%)	60%	5%	82%	60%	100%	Atingido
Ind. 11 - Nível de satisfação dos trabalhadores (Peso 40%)	3.50	0.05	5.00	4.16	111%	Superou
Objetivo Operacional 7 Reforçar a aproximação das CCDR e AG às comunidades– (Peso 30%) – Objetivo Relevante						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Ind. 12 - Nível de satisfação dos <i>stakeholders</i> externos	3.50	0.05	5.00	3.95	107%	Superou
Objetivo Operacional 8 - Promover a Transformação digital e a Modernização Administrativa– (Peso 30%) – Objetivo Relevante						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Ind. 13 - Taxa de Execução Regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX): T-INVEST	85%	5%	100%	99%	123%	Superou

Nota: O cálculo da taxa de execução foi feito utilizando a plataforma GeAdap (www.siadap.gov.pt) e onde é utilizada a seguinte fórmula matemática:

Devido a condicionantes externas a que a CCDRC foi totalmente alheia, foi necessário fazer uma reformulação do QUAR e que foi superiormente aprovado.

Ainda utilizando a mesma plataforma podemos concluir que foram superados cinco (5) objetivos e atingido três (3) o que demonstra um excelente desempenho da CCDRC durante o ao de 2021, conforme quadro seguinte:

Tabela 2 – Grau de cumprimentos dos objetivos

Indicador	Taxa de Execução	Classificação
Objetivo Operacional 1 --Consolidar o fluxo dos processos de contraordenações	100%	Atingiu
Objetivo Operacional 2 - Promover e garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território	129%	Superou
Objetivo Operacional 3 - Garantir a eficiência de resposta na Administração Pública	100%	Atingiu
Objetivo Operacional 4 - Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização	137%	Superou
Objetivo Operacional 5 - Acelerar a execução dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020	100%	Atingiu
Objetivo Operacional 6 - Potenciar a CCDRC como uma boa casa para trabalhar	111%	Superou
Objetivo Operacional 7 - Reforçar a aproximação das CCDR e AG às comunidades	107%	Superou
Objetivo Operacional 8 - Promover a Transformação digital e a Modernização Administrativa	123%	Superou

Apresentamos a seguir uma análise explicativa dos principais desvios verificados na concretização dos objetivos propostos para o ano de 2021.

Objetivo Operacional 1 - Consolidar o fluxo dos processos de contraordenações

Foram instruídos 326 processos, sendo 430 o número total de processos de contraordenação ambiental a instruir.

Objetivo Operacional 2 - Promover e garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território

Em 2021 foi ultrapassada a meta fixada para o número de situações em que foi reposta a legalidade após notificação da CCDRC aos infratores no âmbito do cumprimento da legislação de ambiente e ordenamento do território. Foi fixada uma meta de 50 situações resolvidas, tendo sido atingido o resultado final de 95 situações resolvidas. Foi possível atingir este resultado dado o empenho dos técnicos da fiscalização e em especial das Divisões Sub-Regionais. A colaboração da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública também se revelou fundamental em algumas situações.

Objetivo Operacional 3 - Garantir a eficiência de resposta na Administração Pública

Foi elaborado, entregue e divulgado o relatório de análise do acompanhamento do exercício económico-financeiro fundamental dos Municípios da Região Centro.

Objetivo Operacional 4 - Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização

Considera-se superado o objetivo, na medida em que o “Número de iniciativas de articulação com entidades regionais com vista à promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC” foi largamente ultrapassado face ao previsto. Destaque para a participação ativa da DSDR em vários eventos de carácter local, regional, nacional e internacional, para um conjunto de discussões prévias com atores regionais locais sobre a constituição do projeto CR Inove - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro e para a dinâmica criada em torno do projeto *Centro Green Deal* em compras públicas circulares. Realce ainda para a participação da Região na *European Week of Regions and Cities 2021*, para as iniciativas de reconhecimento do mérito que a CCDRC promoveu ao longo do ano e para mais um prémio Regiostars angariado com o projeto “Transporte a pedido no Médio Tejo” a vencer a Escolha do Público na categoria “Valorização da mobilidade verde na ferrovia das regiões”. Após discussão foi aprovado o “Plano de Capacitação para a Internacionalização de I&D&i alinhado com a RIS3 do Centro” no dia 30 de setembro.

Objetivo Operacional 5 - Acelerar a execução dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020

O elevado número de candidaturas submetidas pelos beneficiários, apenas permitiu que a Autoridade de Gestão atingisse 80.20% do valor previsto para o indicador 6 “Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos avisos”.

O grande esforço da Autoridade de Gestão para aumento da execução, resultou numa taxa de 62% no final de 2021, colocando o PO num lugar de destaque no contexto do PT2020, tendo superado a meta de 60% que se encontrava definida para o indicador 7.

O resultado do indicador 8 relativo à execução, permitiu a apresentação de despesa à Comunidade Europeia, num valor superior ao previsto.

Tendo em conta que as metas definidas considera-se que foi atingido este objetivo de aumento da aplicação dos fundos estruturais na Região Centro.

Objetivo Operacional 6 - Potenciar a CCDRC como uma boa casa para trabalhar

O ano de 2021, devido às circunstâncias pandémicas, continuou a ser um ano diferente e de adaptação a novos regimes de trabalho e uma oportunidade para a CCDRC proporcionar aos seus trabalhadores uma organização do tempo de trabalho que visa a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, daí o indicador 9, refletir esta realidade. Efetivamente, todos os requerimentos apresentados pelos trabalhadores foram autorizados, tendo-se superado a meta prevista.

O grande esforço e empenho da CCDRC na continuidade de proporcionar aos trabalhadores ações de formação adequadas às tarefas desempenhadas, permitiu a superação do indicador 10, tendo-se verificado uma forte adesão dos trabalhadores à frequências das sessões.

Foi realizado por uma empresa externa um inquérito do grau de satisfação dos trabalhadores. O inquérito teve uma grande participação e os resultados refletem o grau de satisfação que os trabalhadores têm pela organização.

Objetivo Operacional 7 - Reforçar a aproximação das CCDR e AG às comunidades

Foi elaborado um questionário para medir o grau de satisfação dos parceiros e utentes dos serviços da CCDRC. Este inquérito realizou-se de 9 a 18 de fevereiro de 2022. Foi enviado a 175 *stakeholders* da CCDRC, tendo sido obtidas 45 respostas. A percentagem de respostas foi 25.7%. Os resultados obtidos foram excelentes e ultrapassaram a meta definida para este objetivo.

Objetivo Operacional 8 - Promover a Transformação digital e a Modernização Administrativa

O objetivo de **Promover a Transformação digital e a Modernização Administrativa** é medido pela Taxa de Execução Regional da Plataforma Informática que, no caso da Região Centro, atingiu os 99%. Considera-se, neste cálculo, o número de municípios para os quais foi carregada informação na plataforma nacional T_invest, a partir de um serviço de Interface de Programação de Aplicações que foi sendo ajustado para responder às várias necessidades da plataforma nacional. Foram contemplados neste número também os municípios pertencentes às CIM do Médio Tejo e Oeste.

- b) **Autoavaliação qualitativa**, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B72007, de 28 de Dezembro.

Na tabela seguinte é apresentada a avaliação qualitativa.

Tabela 3 – Autoavaliação qualitativa

Designação/Alíneas	Realizado	Não realizado	Observações
a) À apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, com especial relevo quando se trate de unidades prestadoras de serviços a utilizadores externos	X		Foi efetuado um inquérito externo para medir o grau de satisfação dos utilizadores externos. Os resultados deste inquérito podem ser observados no Anexo 3.

b) À avaliação do sistema de controlo interno	x		<p>A CCDRC integra na sua orgânica o Conselho de Coordenação Intersectorial e o Conselho Regional, que se encontram, não apenas devidamente instituídos, mas a desenvolver um conjunto diversificado de iniciativas inscritas nas respetivas áreas de competência.</p> <p>Os sistemas de controlo administrativo e financeiro encontram-se assentes na implementação do Manual de Controlo Interno e no Plano Diretor de Sistemas de Informação, concretizados na integração do GEP (sistema de gestão documental e <i>workflow</i> de processos) com o conjunto de aplicações do ERP (contabilidade, recursos humanos, aprovisionamento e inventário).</p> <p>A esta base tecnológica e procedimental acresce a utilização generalizada da assinatura digital, como garantia de consistência e fiabilidade da informação fornecida nos processos decisórios.</p> <p>Refira-se, por fim, que a ação da CCDRC no âmbito da gestão de fundos comunitários está sujeita aos diversos mecanismos e auditorias levadas a efeito pelas entidades responsáveis. De destacar que estas ações são implementadas já que a CCDRC é a entidade pública responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro à Autoridade de Gestão do Programa.</p> <p>Está igualmente em funcionamento o Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade que participa ativamente no controlo e auditoria ao funcionamento interno da organização.</p> <p>Acresce ainda que a entrada em funções em 2014 do Fiscal Único foi potenciadora de um aumento das pistas de auditoria e controlo a que a organização está sujeita.</p>
c) Às causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficiente	x		Não se identificaram incumprimentos dignos de nota.
d) Às medidas que devem ser tomadas para um reforço positivo do seu desempenho, evidenciando as condicionantes que afetem os resultados a atingir	n.a	n.a	As medidas a tomar para reforçar o desempenho do Serviço passam basicamente por dois vetores: melhorar a comunicação interna e externa da CCDRC e envolver mais os trabalhadores na tomada de decisão. Num plano interno diminuir a idade média dos trabalhadores com a entrada de novos colaboradores.
e) À comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação	n.a	n.a	
f) À audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação do serviço.	x		A metodologia de elaboração dos Planos de Atividades e dos respetivos Relatórios resulta de uma interação estreita entre a Presidência, os dirigentes e os trabalhadores responsáveis pelas diversas atividades, envolvendo a definição e prossecução quer da estratégia e dos objetivos estratégicos, quer dos principais objetivos operacionais, projetos e ações das iniciativas e atividades desenvolvidas.

Análise dos Meios Disponíveis

Meios humanos

A análise da “produtividade” permite evidenciar a relação entre os meios humanos e a avaliação do Serviço, consubstanciando-se na seguinte “fórmula”: avaliação global do Serviço *versus* recursos humanos utilizados/planeados.

Tabela 4 – Meios Humanos

	Pontuação	Planeados	Realizados	Desvio
Dirigentes – Direção superior	20	220	220	0
Dirigentes – Direção intermédia e Chefes de equipa	16	432	416	0
Técnicos Superiores	12	2040	1956	-84
Coordenador Técnico	9	9	9	0
Assistentes Técnicos	8	344	344	0
Vigilantes da natureza	8	16	16	0
Assistente Operacional	5	35	30	-5
Especialistas de Informática	12	72	60	-12
Técnicos de Informática	8	24	24	0

Nota: Inclui os contratados a termo incerto, afetos ao Programa Operacional Regional do Centro.

Este quadro é reflexo da ponderação apresentada no QUAR 2021.

Os desvios negativos vêm comprovar a tendência no decréscimo dos recursos humanos disponíveis na CCDRC, por via do número de aposentações. De realçar que os número de trabalhadores planeados aquando da realização do Plano de Atividades de 2021, foram sendo realizados através do recurso à figura da mobilidade.

Meios financeiros

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, cumprindo, igualmente as instruções relativas à organização e apresentação das contas definidas pelo Tribunal de Contas constantes das Instruções nº 1/2019.

Uma análise “custo/eficácia” permite evidenciar a relação entre os meios financeiros e a avaliação do Serviço que pode ser verificada nos quadros seguintes:

Tabela 5 - Meios Financeiros

	Meios financeiros		Avaliação global do serviço
	Orçamento Funcionamento	PIDDAC	
Estimado (€)	7 360 513€	7 292 273€	A taxa de execução total foi de 75,93%
Executado (€)	6 641 496€	4 484 861€	
Desvio (€)	719 017€	2 807 412€	
Desvio (%)	90,23%	61,50%	

Os desvios ocorridos entre o estimado e o executado devem ser abordados segundo duas vertentes:

1. **Orçamento de funcionamento** – As despesas de funcionamento apresentam uma taxa global de execução de 90,23%. As despesas com o pessoal atingiram um grau de execução de 94,59% e as outras despesas de funcionamento atingiram um grau de execução de 62,60%.

O quadro seguinte mostra o grau de execução das despesas de funcionamento.

Tabela 6 – Grau de execução do orçamento de funcionamento

Tipo de Despesa	Orçamento (€)	Execução (€)	Grau de execução
Despesa com pessoal	6 358 040€	6 013 931€	94,59%
Despesas correntes	731 562€	455 750€	62,30%
Transferências correntes	21 960€	18 754€	85,40%
Outras Despesas	86 355€	7 593€	8,79%
Despesas de capital	162 596€	145 468€	89,47%
Totais	7 360 513€	6 641 496€	90,23%

O peso de cada grupo de despesa na execução é o seguinte:

Tabela 7 – Peso dos grupos de despesa na execução

Tipo de Despesa	Peso (%)
Despesa com pessoal	90,55%
Despesas correntes	6,86%
Transferências correntes	0,28%
Outras Despesas	0,11%
Despesas de capital	2,19%

Podemos assim concluir, que a estrutura da despesa é dominada pelas despesas com pessoal que têm um peso superior a 90%.

2. **PIDDAC** – O conjunto de projetos que constituem este programa de investimento apresenta uma taxa global de execução de 61,50%.

O quadro seguinte mostra a execução de cada um dos projetos PIDDAC:

Tabela 8– A Grau de execução do PIDDAC

Projeto		Orçamento(€)	Execução (€)	Grau execução
Código	Designação			
9272	Assistência Técnica - Centro 2020	5 341 549€	3 961 891€	74,17%
9388	Monitorização Ambiental da Região Centro	68 126€	48 262€	70,84%
9686	Cooperação Territorial	137 856€	17 131€	12,43%
10634	PARHP	1 511 495€	455 467€	30,13%
11461	Promoção do Desenvolvimento da Região Centro	233 247€	2 110€	0,90%
	Totais	7 292 273€	4 484 861€	61,50%

A taxa de execução dos projetos foi motivada por algum atraso nos reembolsos dos pedidos de pagamento ou na aprovação das candidaturas e pela dificuldade em dotar o orçamento da componente nacional das despesas a efetuar. No caso do PARHP a taxa de execução é motivada pela prorrogação do prazo de conclusão das empreitadas de recuperação das habitações danificadas

pelos incêndios de Outubro de 2017 e da dificuldade de conclusão dos processos iniciados. A dotação do projeto incluía ainda possíveis decisões em tribunal sobre as empreitadas que fossem não favoráveis às posições da CCDRC. Como isto não se verificou essa verba não foi executada.

De notar que existe uma diferença nos valores previstos no QUAR e os agora apresentados porque a CCDRC teve reforços orçamentais e integração de saldos.

Meios materiais

O património da CCDRC é constituído por equipamento básico, administrativo e equipamento de transporte. Até ao fim do exercício de 2021, foram cadastrados 273 bens cujo valor bruto atinge 376.509,02€ O inventário não contempla os edifícios da sede, em virtude de não se encontrarem registados em nome da CCDRC, mas sim do Estado Português.

O parque automóvel da CCDRC é constituído por 26 viaturas.

Durante o ano de 2021, foram percorridos 311.776 km, o que implica uma média mensal da frota de 25.981km e de 11.991 km por veículo.

Da frota automóvel, 14 viaturas são propriedade da CCDRC e 12 são adquiridas em regime de AOV (aluguer operacional de viaturas).

A frota era constituída por 6 viaturas elétricas que correspondiam a uma taxa de 23%.

As viaturas próprias são parte integrante do inventário acima referido.

Tabela 9 – Parque automóvel

Nº de viaturas	Combustível gasto em 2021 (litros)	Nº de km percorridos em 2021	Gastos	
			Combustível	Conservação e manutenção
26	17.589,13	311.776	24.824,16	8.857,81

Análise das Fontes de Verificação

Neste ponto são apresentados os diferentes indicadores e as fontes de verificação que garantem a fiabilidade e integridade dos dados

Apresentamos de seguida, para cada indicador, a respetiva fonte de verificação:

Tabela 10 – Fonte de Verificação dos indicadores do QUAR

Indicadores	Fonte de Verificação
Ind. 1 - Percentagem de decisões tomadas em processos de contraordenação ambiental	Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - Webgep)
Ind. 2 - Número de situações em que foi reposta a legalidade após notificação da CCDRC aos infratores	Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - GEP) + registo em excel
Ind. 3 - Número de análises do acompanhamento do exercício económico-financeiro fundamental dos	Webgep

Municípios da Região Centro	
Ind. 4 - Aprovação do Plano de Capacitação para a Internacionalização de I&D&i alinhado com a RIS3 do Centro	Relatório e/ou Portal da CCDRC
Ind. 5 - N.º de iniciativas de articulação com entidades regionais com vista à promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC	Relatório e/ou Portal da CCDRC
Ind. 6 - Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos avisos	Sistema de Informação do Programa Operacional
Ind. 7 - Taxa de Execução do Centro 2020	Sistema de Informação do Programa Operacional
Ind. 8 - Taxa de cumprimento da regra N+3 PT 2020	Sistema de Informação do Programa Operacional
Ind. 9 - Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis, relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	Webgep
Ind. 10 - Percentagem de Trabalhadores com Formação Profissional	Dossier da formação
Ind. 11 - Nível de satisfação dos trabalhadores	Inquérito interno
Ind. 12 - Nível de satisfação dos <i>Stakeholders</i> externos	Inquérito externo
Ind. 13 - Taxa de Execução Regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX): T-INVEST	Plataforma informática

Análise ao Plano de Atividades

A análise ao grau de cumprimento dos objetivos assumidos no Plano de Atividades 2021 (Anexo 2), pelas diferentes unidades orgânicas, demonstra a consistência de atuação da CCDRC nas suas áreas principais de referência, reforçando o papel do QUAR como “espelho” do que mais importante se fez em determinado ano e dando simultaneamente a conhecer à Comunidade uma visão global dos nossos principais projetos e objetivos.

Os números gerais foram os seguintes:

Tabela 11 – Grau de cumprimento dos objetivos

	Objetivos
Superado	37
Cumpriu	21
Não cumpriu	7
Híbrido	2

Grau de cumprimento por unidade orgânica

De forma mais detalhada e analisando de forma individual cada uma das unidades orgânicas, são estes os resultados:

Tabela 12 – Grau de cumprimento dos objetivos por unidade orgânica

Objetivos Anuais		Grau de cumprimento dos objetivos				
		Superados	Cumpridos	Não Cumpridos	Híbridos	
DSDR	3	2	1	0	0	
DSAJAL	6	5	1	0	0	
DSOT	8	7	0	1	0	
DSA	11	2	3	4	2	
DSF	5	5	0	0	0	
DSCGAF	11	2	9	0	0	
DSR	Aveiro	4	3	0	1	0
	C. Branco	4	2	2	0	0
	Guarda	4	3	1	0	0
	Leiria	4	3	1	0	0
	Viseu	4	2	2	0	0
Centro 2020	3	1	1	1	0	
Total	67	37	21	7	2	

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR)

O primeiro grande objetivo definido consistia em “Consolidar a CCDRC como broker territorial para o planeamento, a competitividade, inovação e internacionalização”, sendo que dois dos indicadores considerados mereceram já destaque no QUAR da CCDRC pela sua relevância. Analisando os resultados obtidos, verifica-se que foi superado o prazo definido para Aprovação do Plano de Capacitação para a Internacionalização alinhado com a RIS3 do Centro e ultrapassou-se muito o número previsto de elementos de comunicação preparados para disponibilizar no portal e no FB da CCDRC (notícias, comunicados de imprensa, animações e infografias). Quanto ao número de iniciativas de articulação com entidades regionais com vista à promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC, ele foi também largamente superado, demonstrando o envolvimento de muitos atores regionais no trabalho desenvolvido ao longo de todo o ano. Por fim, optou-se por anular o indicador Número de adesões ao Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro, em virtude da situação pandémica, que ao prolongar-se por todo o ano de 2021, obrigou ao sucessivo adiamento de muitas das iniciativas previamente mapeadas. Por essa via, não foi possível dar a visibilidade que se pretendia ao Pacto, nem mobilizar novas entidades aderentes.

O segundo objetivo, que consistia em “Acompanhar e monitorizar as dinâmicas regionais e as políticas públicas na Região Centro” foi considerado superado. Concretizando, foi possível superar dois dos indicadores propostos, tendo-se cumprido os dois restantes. Assim, no que respeita aos documentos de monitorização foram divulgados regularmente publicações como o “Centro de Portugal – Boletim Trimestral”, o “Barómetro do Centro de Portugal”, a “Análise do alinhamento dos projetos candidatos ao Portugal 2020 com a RIS3 do Centro” (Caderno D da RIS3), a análise regional

do "Pilar Europeu dos Direitos Sociais na Região Centro" e a publicação "Portugal 2020 na Região Centro". Foram ainda produzidos documentos relevantes para a caracterização da Região, com destaque, pela novidade, para os contributos produzidos internamente para integrar o livro comemorativo dos 50 anos da CCDRC, bem como a elaboração de cadernos setoriais em áreas consideradas prioritárias no contexto do Projeto Euroace Attraction. O indicador relativo aos pareceres emitidos referentes à análise e reanálise do mérito dos projetos da região candidatados aos Sistemas de Incentivos às empresas e aos Sistemas de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica do Portugal 2020 e Centro 2020, foi, uma vez mais, superado apesar de terem sido analisados mais de 720 projetos durante o ano. No que respeita às iniciativas de reconhecimento de mérito e boas práticas, destaque para a realização da Gala das Gazelas, da entrega do Prémio Empreendedor 50+ e dos Prémios das Boas Práticas em Envelhecimento Ativo e Saudável, cumprindo com o estabelecido inicialmente. Por fim, foi possível cumprir o indicador relativo ao número de ações de divulgação/promoção das plataformas geridas pela DSDR (InCentro e DataCentro), apesar do trabalho ter incidido totalmente na plataforma InCentro, em estreita articulação com as Comunidades Intermunicipais e as Câmaras Municipais.

O terceiro objetivo da DSDR, considerado cumprido, consistia em dinamizar a Cooperação Territorial Europeia na Região Centro nas suas diferentes dimensões. O indicador relativo ao número de (micro)iniciativas de cooperação dinamizadas pela CCDRC foi superado. No contexto da euroregião EUROACE (Alentejo, Centro e Extremadura), é de realçar o acolhimento da exposição da 4ª edição do Prémio de Fotografia "Santiago Castelo" no Centro de Artes e Espetáculos da Figueira da Foz e a participação relevante da Região na reunião das Aldeias Bauhaus em Moraleja. Ainda no contexto da cooperação transfronteiriça, mas no âmbito da cooperação com Castilla y León, destaca-se a participação no evento da "Festa do Mosaico – de Idanha-a-Velha a San Pedro del Arroyo (Ávila)" e na Conferência sobre o futuro da Europa: Respostas inovadoras de cooperação transfronteiriça às alterações climáticas, com várias intervenções regionais no dia dedicado à importância da "Economia Circular como resposta às Alterações Climáticas" e no dia da discussão da "Adaptação às Alterações Climáticas – Aumentar a resiliência do território de fronteira". De realçar, ainda, o acompanhamento que foi feito da participação de entidades da região noutros programas, com destaque para o INTERREG EUROPE e o URBACT, superando o número de ações de acompanhamento pela CCDRC no contexto de projetos de cooperação inter-regional. Por fim, não foi possível cumprir o indicador relativo à sistematização prevista da informação existente sobre os 30 anos de programas de cooperação transfronteiriça na Região Centro (1990-2020).

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL)

A DSAJAL, em 2021, continuou a acompanhar tecnicamente a aplicação a nível autárquico de regimes jurídicos autárquicos inovadores ou com problemáticas especialmente relevantes.

Também no sentido de tornar o apoio autárquico mais eficaz, foram divulgados no portal da CCDRC, relatórios, pareceres jurídicos, designadamente sobre eleitos locais, órgãos autárquicos, atribuições e competências, recursos humanos, contratação pública, edificação, urbanização e finanças locais.

No âmbito do apoio jurídico ao CENTRO2020 e aos serviços da CCDR elaboraram-se 175 pareceres jurídicos, emitidos até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido.

Os juristas da DSAJAL elaboraram também 12 peças processuais, no âmbito de processos contenciosos do foro administrativo, em que a CCDR Centro foi parte processual.

No âmbito do apoio jurídico autárquico elaboraram-se 340 pareceres jurídicos, tendo 100% dos mesmos sido emitidos até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido na CCDR.

Os pareceres jurídicos emitidos respeitaram, maioritariamente, aos seguintes temas: atribuições e competências municipais e das freguesias; regulamentos externos autárquicos; eleitos locais; contratos públicos; recursos humanos; funcionamento de órgãos autárquicos e de comunidades intermunicipais; benefícios fiscais autárquicos; empresas locais; empresas participadas.

Instruíram-se 326 processos de contraordenação, com redução das pendências de processos a instruir.

Foi também prestado apoio técnico aos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, materializado no acompanhamento e verificação dos documentos previsionais para 2021.

Acompanhou-se o desempenho dos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, onde a par do atendimento telefónico em matéria de natureza contabilística (quando tal é adequado) foi:

- verificada (com o apoio da divisão sub-regional da Guarda) a conformidade dos reportes dos municípios da Região Centro (Demonstração de Resultados, Execução do PPI, Fluxos de Caixa, Contas de Ordem, Controlo Orçamental da Receita, Saldo da Gerência Anterior, Controlo Orçamental da Despesa, Ativo Imobilizado Bruto, Factoring, Leasing, Empréstimos e Endividamento) no que respeita aos 77 documentos previsionais para 2021.

Em matéria de apoio às autarquias no âmbito da cooperação técnica e financeira é de relevar ainda o intenso envolvimento da DSAJAL no apoio aos municípios no âmbito de contratos programa:

- das intempéries que assolaram a Região Centro (22 contratos-programa no âmbito do FEM relativo ao Furacão Leslie e o acompanhamento da execução de 34 contratos-programa no âmbito do FEM relativo às Tempestades Elsa e Fabien);
- de 9 contratos-programa celebrados em dezembro de 2021;
- de 27 contratos-programa no âmbito do programa de Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia;
- de 13 contratos-programa celebrados ao abrigo da “Beneficiação de Equipamentos Municipais (BEM);

Há ainda a relevar o acompanhamento no âmbito do subprograma 2 do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva da execução de:

- 157 contratos de apoio financeiro com entidades religiosas e associativas afetados pelo Furacão Leslie;
- 14 contratos celebrados em 2021.

Há também a registar o acompanhamento de um contrato de auxílio financeiro, celebrado em 2021, no âmbito do programa “Sedes de Freguesia”.

Relativamente à submissão de candidaturas a programas de financiamento pelo Orçamento de Estado, releva-se:

- análise de 3 candidaturas submetidas a contrato-programa;
- a análise de 28 candidaturas submetidas ao subprograma 2 do programa equipamentos urbanos de utilização coletiva.

Por último, as atividades realizadas em 2021 permitiram continuar a consolidar a relação de valor e proximidade entre a CCDRC e as autarquias locais, Municípios e Freguesias, bem como com as entidades intermunicipais, através de serviços de qualidade e de uma postura de excelência,

Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT)

No Plano de Atividades de 2021 a DSOT estabeleceu 8 objetivos, que correspondem a 9 indicadores, todos eles superados com exceção do Desenvolvimento da Proposta do PROT Centro, face ao atraso na publicação da resolução do conselho de ministros que determinou a elaboração deste programa (RCM n.º 177/2021, de 17 de dezembro).

No âmbito da colaboração permanente com as entidades de tutela, a DSOT participou ativamente na Comissão Nacional do Território (CNT), em todas as suas reuniões ordinárias e extraordinárias, apresentando contributos nos diversos grupos de trabalho criados no seio desta comissão, designadamente no Grupo de trabalho da REN, Grupo de Trabalho do RJIGT.

Quanto ao objetivo de garantir a decisão concertada das entidades externas, quer nos procedimentos relativos aos instrumentos de planeamento, quer nos procedimentos de gestão territorial considera-se que o mesmo foi largamente atingido. Efetivamente, através da Plataforma SIRJUE, foram verificados e integrados 5819 pareceres de todas as entidades intervenientes, emitidos 1908 pareceres e decisões globais pela CCDRC, no âmbito do artigo 13.º-A do RJUE, e realizadas 80 conferências decisórias.

No domínio da formação e dinâmica dos planos territoriais foram realizadas 42 reuniões (conferências procedimentais ao abrigo do n.º 3 do art.º 86.º do RJIGT e de concertação ao abrigo do art.º 87.º do RJIGT), bem como 6 conferências procedimentais ao abrigo do art.º 11.º do RJREN, todas dentro do prazo legal, superando-se assim o indicador.

Em procedimentos para ocupação de solos da REN fora da Plataforma SIRJUE, foram efetuadas, ao abrigo do artigo 24.º do regime jurídico da REN, 486 conferências procedimentais. Para a Secretaria de Estado da Conservação da Natureza, Florestas e Ordenamento do Território, foram instruídos 7 processos de Relevante Interesse Público para a realização de ações em REN.

Foi igualmente superado o objetivo “Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matéria de uso, ocupação e ordenamento do território”, uma vez que foram elaborados 3217 pareceres na área da gestão territorial, todos em prazo inferior a 30 dias.

Na vertente do acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos instrumentos de gestão territorial, bem como à sua suspensão e medidas preventivas, foi dada resposta a 320 solicitações, igualmente cumprindo o prazo legal e não ultrapassando os 30 dias.

No objetivo “Colaborar com outras Entidades ou Unidades Orgânicas da CCDR” a DSOT participou, em representação da CCDRC, em todas as reuniões agendadas, assim como deu resposta a todos os pedidos de contributos de outras unidades orgânicas. Neste domínio sublinham-se os 775 processos

da Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro (ERRANC), apreciados em 22 reuniões do órgão.

A DSOT procedeu à atualização de toda a informação em matéria de ordenamento do território, constante do portal da CCDRC.

Direção de Serviços de Ambiente (DSA)

A DSA estabeleceu 11 objetivos e 14 indicadores para o ano de 2021. Relativamente aos objetivos, 2 foram superados, 3 cumpridos, 4 não cumpridos e 2 foram considerados híbridos (cada um deles composto por 2 indicadores, com grau de cumprimento distinto).

De entre as atividades desenvolvidas, destacam-se as seguintes:

- Consolidação do procedimento de Controlo e Garantia de Qualidade (QA/QC) para as 9 estações da Rede da Qualidade do Ar da Região Centro.
- Celebração de um protocolo de colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental, no âmbito do apoio a projetos de monitorização da qualidade do ar, ao abrigo do n.º 5, Quadro 4, do Despacho n.º 1897/2021, de 19 de fevereiro de 2021, publicado no Diário da República n.º 35, Série II de 2021-02-19, incumbindo ao Fundo apoiar projetos de inventariação, avaliação, monitorização, comunicação e requalificação da qualidade do ar, contando-se a CCDR-Centro entre as entidades beneficiárias.

Assim, neste ano, foram adquiridos 2 analisadores de óxidos de azoto (NOx) e 1 de dióxido de enxofre (SO₂), para monitorização da qualidade do ar, em substituição de equipamento existente, obsoleto ou avariado, permitindo o cumprimento dos requisitos de controlo e garantia de qualidade dos dados medidos, dispostos no DL n.º 102/2010, de 23 de setembro, na sua atual redação, bem como dar resposta, de um modo global, ao estabelecido na Resolução da Assembleia da República n.º 53/2020, de 30 de julho, no que diz respeito à promoção da revisão e modernização da rede da qualidade do ar:

- o Os analisadores NOx foram instalados em estações da qualidade do ar do tipo urbanas de fundo das Aglomerações de Coimbra e Aveiro/Ílhavo, designadamente do Instituto Geofísico e Ílhavo. O poluente foi monitorizado desde 2003, contudo devido a avarias, deixou de ser medido na estação do Instituto Geofísico, em 2019 e na estação de Ílhavo em 2018. Acresce que sendo um poluente precursor do ozono (O₃) é determinante para a compreensão dos dados medidos naquelas 2 estações que dispõem de analisador de O₃.
- o O analisador SO₂ foi instalado na estação de Estarreja, para substituição do analisador aí existente desde 2003. Sendo um poluente cuja fonte de emissão é tipicamente industrial, a proximidade com o polo da indústria química em Estarreja é determinante.

Foi também adquirido 1 calibrador/diluidor de gases, gerador de ar zero e gerador de ozono, equipamento de suporte à calibração dos equipamentos e validação de dados, e implementação dos requisitos de garantia e controlo de qualidade acima referidos e de modo a substituir o existente, nas suas paragens por avaria ou manutenção.

- Tendo sido lançada a funcionalidade no módulo LUA da plataforma SILiAmb, relativa ao Título de Emissões para o Ar (TEAR) a 23.10.2020, 2021 foi efetivamente o ano de arranque, tendo sido submetidos inúmeros pedidos, obrigando a envolvimento técnico acrescido nesta matéria, na

medida em que foi necessário prestar esclarecimento aos operadores sobre a interpretação das normas legais habilitantes (DL 39/2018, de 11 de junho, e DL 75/2015, de 11 de maio) e o funcionamento da plataforma.

- A publicação do novo Regime Geral da Gestão de Resíduos, do Regime Jurídico da Deposição de Resíduos em Aterro e a Alteração do Regime da Gestão de Fluxos Específicos de Resíduos (Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro), obrigou a um envolvimento acrescido nesta matéria, na medida em que foram alterados os regimes de licenciamento, bem como as normas relativas às vicissitudes das licenças, e foram atribuídas novas competências às CCDR, nomeadamente no licenciamento de aterros associados a estabelecimentos industriais. Houve assim necessidade de rever os procedimentos e promover o envolvimento de outras entidades, nomeadamente municípios, Autoridade para as Condições de Trabalho e Administração Regional de Saúde.
- No contexto da Intervenção Regional para a Educação, Sensibilização e Promoção Ambiental (IRESPA), aprovada em 2018, e em virtude da reorientação forçada pelos constrangimentos causados pela pandemia COVID19, que impediram a realização de ações em estabelecimentos de ensino, foram realizadas as seguintes iniciativas:
 - Participação no IMPEL Air Emission Self Monitoring Workshop, a 28.9.2021, com a apresentação “Good practices and bottlenecks – Experience from Center region – Portugal”, integrada no subtema “Self-monitoring and reporting on air emissions: Portuguese experience”.
 - 1 ação de sensibilização com alunos do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC), numa estação da rede da qualidade do ar da região.
 - Acolhimento de 2 estágios (1 do Curso Técnico Superior Profissional em Análises Químicas e Biológicas do ISEC (750 horas) e 1 Estágio APXXI (9 meses)).
- Participação no projeto BEACON - Bridging European and Local Climate Action, projeto europeu, financiado pelo Governo da República Federal Alemã, e que tem como objetivo facilitar a cooperação entre governos, municípios e escolas com vista à promoção de medidas de mitigação das alterações climáticas. O BEACON envolve 34 municípios de 5 países europeus: República Checa, Roménia, Grécia, Polónia, Alemanha e Portugal, que conta com a participação de 5 municípios Portugueses (Ansião, Coruche, Loulé, Setúbal e Viana do Castelo).
- Por fim, a realização de reuniões de trabalho, com vista a prestar esclarecimentos e a agilizar procedimentos no âmbito dos processos em curso, em resposta às solicitações dos respetivos requerentes.

Direção de Serviços de Fiscalização (DSF)

Relativamente à implementação do plano de fiscalização de 2021, foram realizadas pelos Técnicos da Direção de Serviços de Fiscalização 105 ações de fiscalização relativas a operadores de gestão de resíduos licenciados, nomeadamente de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), Viaturas em Fim de Vida (VFV), Resíduos de Construção e Demolição (RCD), pneus usados, baterias usadas, lamas, aterros de resíduos, de gestão de resíduos perigosos e operadores de gestão de resíduos ilegais, passivos ambientais e pedreiras, gestão de RCD, lamas de ETAR, estabelecimentos industriais, agropecuárias, Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, distribuídos por

diferentes locais da Região Centro. A meta de superação era de 70 ações de fiscalização, pelo que o objetivo foi superado.

Contudo no âmbito da CCDR-Centro destaca-se que foram realizadas no total 394 ações de fiscalização do plano de fiscalização de 2021, asseguradas pela Direção de Serviços de Fiscalização (105) e pelas cinco Divisões Sub-Regionais (as restantes). Das referidas ações de fiscalização, 99 foram realizadas no âmbito do Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental (PNFIA) 2021.

O tempo de resposta médio dado em 2021 às reclamações no âmbito do ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza, tratadas na Direção de Serviços da Fiscalização foi de 10 dias, em 90% das reclamações. A meta de superação era de 30 dias em 90% das reclamações, pelo que o objetivo foi superado. No resultado alcançado para este objetivo teve influência a tipificação das reclamações, os procedimentos estabelecidos para o seu seguimento e os documentos tipo. O tempo de resposta está sempre condicionado pela complexidade dos assuntos tratados e pelo número de ações necessárias para a recolha dos elementos de prova, sua análise e conclusão. No entanto, nos processos mais simples e tipificados foram estabelecidas rotinas que permitiram uma resposta célere. O controlo diário dos prazos junto dos técnicos também foi uma ferramenta eficaz para o resultado obtido.

Na sequência das ações de fiscalização efetuadas no âmbito do plano de fiscalização de 2021 e das ações extraplano de fiscalização foram resolvidas 95 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território. O critério de superação estabelecido era a resolução de 50 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território. Assim foi superado o presente objetivo.

Relativamente aos pedidos de pareceres no âmbito do regime geral do ruído o tempo de resposta foi de 9 dias (média em dias úteis) em 90% das solicitações. A meta de superação era de 30 dias (média em dias úteis) em 90% das solicitações, pelo que o objetivo foi superado.

Com vista à otimização processual e garantir padrões de qualidade do trabalho executado no âmbito da fiscalização é importante estabelecer os procedimentos de atuação nos temas mais importantes, pelo que esse foi um dos objetivos traçados em 2021 para DSF.

Os Procedimentos têm como objetivo descrever a forma de realizar as atividades e ativar os processos, especificando o seu controlo, tendo em atenção a sequência de tarefas, detalhes e responsabilidades, os equipamentos e os documentos a utilizar para uma melhor gestão e condução do normal curso do processo.

Os procedimentos da fiscalização obedecem a um conjunto de princípios, designadamente, aos princípios da independência e objetividade, proporcionalidade, contraditório e cooperação.

Em 2021, foram atualizados os procedimentos da fiscalização da CCDR-Centro, num total de 10, relacionados com os assuntos mais importantes em matéria de fiscalização, nomeadamente:

- DSF 927/2021 - Circulação de Documentos e processos entre DSR e DSF (P01)
- DSF 928/2021 – Elaboração do plano anual de fiscalização (P02)
- DSF 929/2021 – Fiscalização no âmbito da apreciação de reclamações – Geral (P03)
- DSF 930/2021 – Fiscalização no âmbito da apreciação de reclamações de ruído (P04)
- DSF 931/2021 – Fiscalização do cumprimento do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (P05)

- DSF 932/2021 – Fiscalização do cumprimento do Regime Jurídico de Conservação de Habitats (Rede Natura 2000) (P06)
- DSF 933/21 – Fiscalização Operadores de Gestão de Resíduos - OGR (P07)
- DSF 934/2021 – Fiscalização da deposição de resíduos em aterro (P08)
- DSF 935/2021 – Fiscalização dos estabelecimentos industriais (P09)
- DSF 936/2021 - Fiscalização da exploração de massas minerais - Pedreiras (P10)

Assim, considera-se que o objetivo foi superado tendo em conta que a meta de superação era de 5 procedimentos revistos e atualizados

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF)

A DSCGAF é a unidade orgânica transversal a toda a organização sendo responsável pelos serviços comuns da CCDRC. É composta por três unidades orgânicas flexíveis: Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP), Divisão de Organização e Recursos Humanos (DORH) e a Divisão de Tecnologia, Comunicação e Imagem (DTCI). Esta Direção de Serviços tem a responsabilidade de desenvolver um conjunto de tarefas e de ações que permitam a satisfação dos trabalhadores e que contribuam para que a CCDRC possa responder aos novos desafios que são colocados a uma Administração Pública em mudança, que se exige mais eficiente, moderna, transparente e aberta. São estes os pilares fundamentais que norteiam a atuação desta Unidade Orgânica e que contribuem para a edificação de uma Direção de Serviços que se deseja cada vez melhor e que tem trabalhadores motivados e focados nos objetivos.

A missão da DSCGAF foi "Ser o coração da CCDRC". Um coração que se deseja cada vez mais saudável e com a continuação da redução das "gorduras" que provocam a ineficiência e a burocracia.

Alinhados com a estratégia da CCDRC foram definidos objetivos estratégicos transversais e aglutinadores de toda a Unidade Orgânica e que se desdobram nos objetivos das unidades flexíveis e dos trabalhadores da Direção de Serviços. Os seis objetivos estratégicos foram os seguintes:

OE 1 – Promover a reengenharia, desburocratização e a simplificação dos processos críticos – DSCGAF papel Zero;

OE 2 - Fornecer informação a quem necessita e quando ela é útil e estratégica, ajudando a gerar melhor conhecimento, promovendo a transparência da DSCGAF e a utilização dos fluxos eletrónicos e dos documentos em formato digital;

OE 3 - Colocar as Pessoas no centro da decisão e da estratégia;

OE 4 - Consolidar a DSCGAF como o coração da CCDRC, reduzindo a ineficiência e a burocracia, mas garantindo sempre a legalidade;

OE 5 - Aplicar as tecnologias e os sistemas de informação enquanto fatores de modernidade e de mudança para uma estratégia integrada e inclusiva;

OE 6 - Manter os serviços com elevados níveis de funcionalidade e qualidade (recursos humanos, espaços, condições, equipamentos, sistemas).

Ao nível operacional são de destacar a conclusão das seguintes tarefas:

- Consolidação da aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas - SNC-AP na CCDRC;
- Receção da faturação através de meio eletrónico e tramitação de todo o processo sem utilização de papel.
- Adaptação dos processos de receita/recebimento e despesa/pagamento à realidade de estarem todos os colaboradores numa situação de teletrabalho.
- Consolidação da infraestrutura tecnológica e o sistema de informação de onde se destacam a instalação da nova solução de armazenamento e cópia de segurança;
- Aumento das funcionalidades suportadas e disponibilizadas pela plataforma de teletrabalho;
- Melhorar e potenciar a utilização das ferramentas de SIG;
- Formar uma equipa consistente e preparada para os desafios da formação;
- Realizar ações de formação na área do atendimento presencial, telefónico e por meios eletrónicos para todos os trabalhadores da CCDRC;
- Consolidar a plataforma We-Prodac e a sua integração no myGIAF.

A pandemia COVID19 foi, na medida do possível, entendida como potenciadora do acelerar da digitalização e da modernização da Direção de Serviços e foi possível em 2021 tramitar todos os processos da área financeira e dos recursos humanos de forma digital garantindo a sua autenticidade e legalidade. Foi ainda implementado um sistema de assinaturas digitais utilizando a chave móvel ou o cartão de cidadão de todos os documentos produzidos nesta unidade orgânica. Foi assim possível manter a legalidade processual na passagem dos fluxos documentais em papel para os digitais.

Os colaboradores da DSCGAF participaram em diversos grupos nacionais, designadamente representando a CCDRC no Conselho Coordenador de Cartografia, no Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (CO-SNIG), e no grupo de trabalho que prepara o sistema de informação do Portugal 2030. Fizeram ainda parte dos 1 grupos que acompanharam o desenvolvimento da plataforma nacional T-Invest, vocacionada para apoio ao investidor e à instalação das empresas e das famílias.

Para além de diversas novas funcionalidades introduzidas no sistema de informação da CCDRC, designadamente nas aplicações WebGEP e Weprodac, a DSCGAF desenvolveu o GEVIG – relacionado com a georreferenciação dos processos e a aplicação InCentro, onde se destaca o formulário que permite aos municípios alimentar o sistema e a API que permite a reutilização dos dados.

Para além do aumento da capacidade do datacenter, atrás referido, a DSCGAF efetuou um investimento considerável na aquisição de outros equipamentos, designadamente portáteis, docking stations e monitores, que vieram proporcionar a mobilidade do posto de trabalho.

No anexo II é apresentado de forma detalhada o grau de cumprimento dos diferentes objetivos e a explicação e justificação para que um dos objetivos não tenha sido atingido.

O CENTRO 2020, o Programa Operacional (PO) Regional do Centro para aplicação dos fundos europeus no Centro de Portugal, no período 2014 a 2020, foi formalmente aprovado pela Comissão Europeia em dezembro de 2014 e está integrado no PORTUGAL 2020 e em sintonia com a EUROPA 2020.

Objetivos

Com a aplicação dos fundos europeus inscritos no CENTRO 2020, a região ambiciona tornar-se Innovation Follower (patamar do Regional Innovation Scoreboard, que avalia o desempenho das regiões europeias com base num conjunto de indicadores, onde a Região Centro atingiu o nível de Moderate Innovator e pretende evoluir para Innovation Follower), representar 20% do PIB Nacional e convergir para os níveis de produtividade nacional, diminuir em 10% as assimetrias territoriais, ter 40% da população jovem com formação superior e ter uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

A Região Centro terá, assim, como prioridades, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico industrializado, competitivo e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

Eixos prioritários

O CENTRO 2020 encontra-se estruturado em torno de 10 eixos prioritários.

Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)

O eixo 1 tem como principal objetivo reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, através do investimento prioritário no fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&I), na promoção de centros de competência, na promoção do investimento das empresas em I&I e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior.

Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

O eixo 2 tem como objetivos o reforço da competitividade das PME, através do investimento prioritário na promoção do espírito empresarial, no desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para Pequenas e Médias Empresas (PME), no apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, capacitando as PME para processos de crescimento e inovação.

Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)

O eixo 3 tem como objetivos investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento das infraestruturas de ensino (nos seus diferentes níveis) e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida.

Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)

O eixo 4 pretende promover o emprego (incluindo a colocação de recursos humanos altamente qualificados nas empresas), apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.

Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)

O eixo 5 pretende promover a inclusão social, a coesão territorial e combater a pobreza, procurando fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e as empresas sociais, apoiar estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais e investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local, a redução das desigualdades no acesso a cuidados de saúde e serviços sociais.

Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)

O eixo 6 tem como principais objetivos apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, proteger o ambiente e promover a eficiência no uso dos recursos, dando prioridade à promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas, nas infraestruturas públicas e no setor da habitação, à promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios e à melhoria da qualidade do ambiente urbano.

Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)

Neste eixo incluem-se as iniciativas relativas à conservação e valorização do património (natural e cultural; os sítios protegidos e o vasto património arquitetónico, nomeadamente o reconhecido como Património Mundial pela UNESCO). Incluem-se ainda as intervenções de apoio à reabilitação urbana dos centros de nível inferior do sistema urbano regional.

Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

O enfoque deste eixo está no reforço da capacitação institucional e interinstitucional, com a modernização da administração pública (local e regionalmente desconcentrada) e com o incentivo ao uso das TIC na ligação entre os cidadãos e a administração pública.

Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)

A intervenção de requalificação urbana dos centros de nível superior do sistema urbano da região é uma das prioridades de intervenção que se pretende apoiar neste eixo. Serão também apoiadas iniciativas referentes à promoção da mobilidade sustentável, bem como as intervenções de promoção da coesão social de áreas urbanas degradadas.

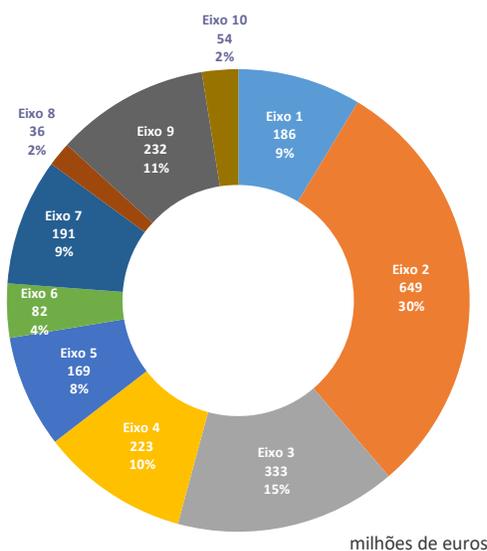
Eixo 10: Assistência Técnica

Este eixo destina-se a financiar as ações de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo, avaliação, informação, divulgação e publicitação do PO e atividades de reforço da capacidade administrativa das entidades relevantes para a boa execução dos fundos.

Dotação financeira

O CENTRO 2020 tem uma dotação de 2,155 mil milhões de euros, dos quais 1.814 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 341 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE), após a reprogramação de 2020.

Dotação financeira por Eixo Prioritário



Síntese da execução global e por eixo prioritário

O ano 2021 foi um ano que, à semelhança do anterior, continuou a ser marcado pela pandemia da COVID-19, com impacto em toda a sociedade, resultando na atual crise económica, com sérias implicações sociais. Neste contexto, os FEEI continuaram a dar resposta à situação de emergência, flexibilizando a política de coesão com a CRII com enfoque nas PME o que resultou, no âmbito do PO, na disponibilização de 70M€ para apoio à normalização da atividade empresarial e artística, através da manutenção de postos de trabalho.

Até ao final de 2021 foram abertos 742 períodos de candidatura, num total de 2.837,6M€ de fundo a concurso, dos quais 43 períodos de candidatura lançados em 2021 envolvendo 352,4M€ de fundo. No ano 2021 foram abertos 8 avisos de 42,9€ para operacionalização do Programa de Apoio à Produção Nacional e 5 avisos para infraestruturas e equipamentos de saúde e sociais, num total de 68,3M€.

No final de 2021 encontravam-se aprovadas 9.661 operações nos dez eixos prioritários do Programa, que totalizam 2.409,9€ de fundo comunitário atribuído (1.985,9M€ de FEDER e 424M€ de FSE) correspondendo, respetivamente, a 109,5% e a 124,4% da dotação do fundo programado, e 3.600,5M€ de custo elegível.

Em termos globais, os montantes aprovados representam um compromisso de 137% (custo total elegível das operações apoiadas) e 111,8% (fundo). Daqueles montantes, 1.732,3M€ de custo elegível e 901M€ de fundo comunitário correspondem a 4.272 operações aprovadas pela Autoridade de Gestão (AG) nos Sistemas de Incentivos (SI), incluindo Instrumentos Financeiros (IF).

No que respeita à execução, as operações aprovadas permitiram atingir 1.326,5M€ de fundo executado, que representa 61,6% da dotação fundo, aos quais correspondem 1.852,9M€ de custo elegível (70,5% da dotação).

À semelhança do que tem vindo a verificar-se nos anos anteriores, o Eixo 2 mantém-se em 2021 como aquele que mais contribui para os valores aprovados (35,3%) e executados (38,2%).

Unidade: M€

Eixo	Fundo	Programa do (apoio da união) (1)	N.º operações aprovadas	Fundo aprovado (2)	Fundo executado (3)	Fundo pago (4)	Taxa de compromisso (5) = (2)/(1)	Taxa de execução (6) = (3)/(1)	Taxa de pagamento (7) = (4)/(2)
1	FEDER	186	645	245	104	109	132%	56%	45%
2	FEDER	649	3.672	847	507	534	131%	78%	63%
3	FEDER	173	281	140	99	97	81%	57%	69%
	FSE	160	91	179	82	87	112%	52%	49%
4	FEDER	117	993	106	54	57	91%	46%	54%
	FSE	106	1.263	120	76	75	113%	71%	62%
5	FEDER	105	706	124	57	58	118%	55%	47%
	FSE	64	1.016	104	39	38	162%	61%	37%
6	FEDER	82	129	49	12	12	60%	15%	24%
7	FEDER	191	443	189	107	106	99%	56%	56%
8	FEDER	26	28	25	18	17	99%	69%	69%
	FSE	11	63	21	1	3	193%	7%	15%
9	FEDER	232	296	215	137	135	93%	59%	63%
10	FEDER	54	35	45	34	34	82%	63%	77%
Total FEDER		1.814	7.228	1.986	1.129	1.158	109,5%	62,2%	58,3%
Total FSE		341	2.433	424	198	203	124,4%	58,0%	47,9%
Total do PO		2.155	9.661	2.410	1.327	1.362	111,8%	61,6%	56,5%

No Eixo Prioritário 1 foram abertos 96 períodos de candidatura num total de 287,1M€ de dotação. A estes avisos foram submetidas 1.981 candidaturas, tendo sido aprovadas 645 operações, que representam um compromisso de 131,9% da dotação do eixo (245,3M€ de FEDER aprovados face aos 185,9M€ de dotação).

No que respeita à execução, este eixo atingiu 103,6M€ de FEDER (147,7M€ de custo elegível), que representam 7,8% do fundo executado pelo PO.

No Eixo Prioritário 2 foram abertos 84 períodos de candidatura num total de 744,7M€ de dotação, nos quais foram submetidas 9.127 candidaturas. A AG aprovou 3.672 operações nos Sistemas de Incentivos à Inovação, Qualificação e Internacionalização e IF, que permitiram comprometer 130,6% da dotação do eixo (847,5M€ de FEDER aprovado relativamente aos 649,1M€ de dotação) e contribuir com 35,2% para o fundo aprovado no PO.

Quanto à execução, este eixo foi o que mais contribuiu para o fundo executado pelo PO (38,2%), com 507,2M€ de FEDER.

No Eixo Prioritário 3 foram lançados 33 períodos de candidatura, num total de 372,9M€ de dotação que resultaram na submissão de 554 candidaturas, tendo sido aprovadas 372. Este eixo tem 95,8% da sua dotação comprometida (318,9M€ de incentivo atribuídos face aos 332,9,4M€ de dotação).

Este eixo contribuiu para 13,6% do fundo executado (106M€).

O Eixo Prioritário 4 teve 113 períodos de candidatura, envolvendo 263,5M€ de dotação, aos quais foram apresentadas 5.766 candidaturas, tendo a AG aprovado 2.256 nas áreas: FSE dos sistemas de incentivos, recursos humanos altamente qualificados, PEPAL (Programa de Estágios Profissionais na Administração Local), Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIE) e apoios à criação de emprego e ao empreendedorismo, incluindo empreendedorismo social (+CO3SO). O eixo tem 101,4% da sua dotação comprometida (226,2M€ de incentivo aprovados face aos 223,1M€ de dotação).

O eixo 4 tem 129,2M€ de execução, que representam 9,7% da execução do PO.

No Eixo Prioritário 5 foram lançados 331 períodos de candidatura, num total de 265,5M€ de dotação, aos quais foram submetidas 3.978 candidaturas. A AG aprovou 1.722 candidaturas na área dos contratos emprego inserção, redução do abandono escolar, do SIE e da saúde, o que permitiu comprometer 134,7% da dotação do eixo (228,1M€ aprovados face aos 169,4M€ de dotação).

Este eixo apresenta 96,6M€ de fundo executado (39,2M€ de FSE e 57,3M€ de FEDER), que representam 7,3% da execução do PO.

No Eixo Prioritário 6 foram publicados 14 períodos de candidatura, envolvendo 153,2M€ de dotação que resultaram na submissão de 376 candidaturas por parte dos beneficiários, das quais foram aprovadas 129 candidaturas relativas a mobilidade urbana sustentável e eficiência energética. O eixo tem 59,8% da sua dotação comprometida (48,8M€ aprovados face aos 81,6M€ de dotação).

As candidaturas aprovadas permitiram atingir uma execução de 12,1M€ de fundo, valor pouco significativo (0,9%) na execução global do Programa.

No Eixo Prioritário 7 foram publicados 30 períodos de candidatura, num total de 237,3M€ de dotação, que resultaram na submissão de 668 candidaturas, das quais foram aprovadas 443 operações nas áreas do património natural, cultural e turístico e dos PARU. O eixo tem 99,2% da sua dotação comprometida (189,5M€ aprovados face aos 191M€ de dotação).

As candidaturas aprovadas permitiram atingir uma execução de 107,4M€ de fundo, representando 8,1% da execução do PO.

No Eixo Prioritário 8 foram publicados 17 períodos de candidatura, num total de 61,5M€ de dotação, que resultaram na submissão de 96 candidaturas, das quais foram aprovadas 91 referentes a promoção das TIC na administração e serviços públicos, Lojas do Cidadão e capacitação dos atores regionais, formação e capacitação da AP local e regional, que representam um compromisso de 126,7% da dotação do eixo (46M€ aprovados face aos 36,3M€ de dotação).

Este eixo atingiu uma execução de 18,3M€ de fundo, valor que representa 1,4% da execução global do Programa.

No Eixo Prioritário 9 foram publicados 17 períodos de candidatura, num total de 406,2M€ de dotação, que resultaram na submissão de 390 candidaturas, das quais foram aprovadas 296 referentes a PEDU, que representam um compromisso de 92,8% da dotação do eixo (215M€ aprovados face aos 231,5M€ de dotação).

As candidaturas aprovadas permitiram atingir uma execução de 137,1M€ de fundo, valor que representa 10,3% da execução global do PO.

No Eixo Prioritário 10 foram publicados 7 períodos de candidatura, num total de 45,8M€ de dotação. Os beneficiários submeteram 38 candidaturas referentes à assistência técnica, tendo sido aprovadas

35. Este eixo tem 82,5% da sua dotação comprometida (44,7M€ aprovados face aos 54,2M€ de dotação).

As aprovações permitiram atingir uma execução de 34,3M€ (fundo), valor que contribui com 2,6% para a execução do PO.

Resultados alcançados

Em termos de indicadores de realização destacamos:

- Apoio a 7 infraestruturas de investigação (PI 1a) e a 393 empresas no âmbito do I&D e inovação (PI 1b), com um aumento esperado de 345 postos de trabalho (PT).
- Apoio a 262 novas empresas no âmbito do empreendedorismo, com um aumento esperado de 411 PT (PI 3a).
- Apoio a 963 empresas na Internacionalização PME, com um aumento esperado de 1.206 postos de trabalho (PI 3b). Apoio a 2.774 empresas no âmbito da Qualificação e Inovação das PME, com um aumento esperado de 7.804 postos de trabalho (PI 3c).
- Apoio a 254 intervenções em equipamentos do pré-escolar e do ensino básico, com a requalificação de 992 salas de aula e a construção de 299 novas salas de aula (PI 10a).
- Apoio a 79 equipamentos de saúde, centros de saúde e suas extensões, requalificação e melhoria dos serviços hospitalares e apoio a unidades móveis de saúde (PI 9a).
- 1.965 mil m2 de espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (PI 6e e 9b do EP9).
- Apoio a 87 intervenções no património cultural e natural, com uma estimativa de acréscimo de visitantes na ordem dos 868.700 visitantes por ano (PI 6c).
- Apoio a 16.376 participantes em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9i).
- Apoio à contratação de 199 pessoas altamente qualificadas e formação de 1.931 trabalhadores na formação em contexto empresarial (PI 8v).
- Apoio a 6.156 estudantes nos cursos técnicos superiores profissionais de nível ISCED5 e a 1.136 bolsiros de doutoramento (PI 10ii) e a 464 jovens em cursos de nível ISCED4 (PI 10iv).

Síntese dos principais problemas identificados e das medidas adotadas

Condicionantes no arranque e desenvolvimento do PO:

- A aprovação tardia do PO;
- A entrada em funcionamento de um novo sistema de informação (SI) com um único ponto de entrada para os beneficiários implicou um esforço significativo de desenvolvimento e interoperabilidade;
- O processo de designação da AG, com a inerente construção da descrição do Sistema de Gestão e Controlo revelou-se muito complexo, bem como as atualizações para integração e operacionalização de novos Organismos Intermédios;
- Processos longos e complexos: implementação dos IF, de uma metodologia baseada em planos

estratégicos e cumprimento das condicionantes do mapeamento;

Dificuldades sentidas ao nível da AG na implementação do PO:

- Recorrente deficiência na instrução das candidaturas e impacto ao nível dos prazos de análise;
- Dificuldade no acompanhamento dos IF, em particular na supervisão e coordenação das várias entidades intervenientes;
- SIFSE fortemente centralizado e parametrizado, com atraso na adaptação às necessidades;
- Atrasos na aprovação de projetos devido a um número de candidaturas submetidas muito superior a qualquer outro período de programação;
- Alguns projetos de I&DT envolvem a contratação de peritos externos pelos OI, cujos processos de recrutamento são complexos, levando a atrasos na análise das candidaturas;
- Aumento do peso de candidaturas de projetos imateriais de grande complexidade (nomeadamente FSE), em particular das desenvolvidas em parceria;
- Número muito elevado de pedidos de pagamento e a sua deficiente instrução;
- Incremento substancial na submissão e tratamento de denúncias;
- Constrangimentos decorrentes do facto da bolsa de recuperação ter sido suspensa devido à pandemia;
- Número de quadros do ST e da estrutura técnica dos OI insuficiente para resposta às exigências não previstas, ligadas às medidas COVID;
- Ausência de uma estrutura específica que responda às dúvidas dos promotores/consultores, o que implica grande dispêndio de tempo por parte das equipas;
- Os incêndios de 2017 que devastaram a Região Centro, levaram a um desvio do foco por parte dos beneficiários, colocando em causa projetos de investimento aprovados;

Impacto da pandemia:

- Registaram-se restrições na execução das empreitadas e noutros procedimentos de concurso, prolongando prazos e fazendo subir os preços-base;
- Algumas empresas pararam execução de projetos tendo em conta a incerteza sobre o futuro dos respetivos negócios (ex: setor do turismo);
- Atrasos verificados no encerramento de operações;
- Acréscimo do número de reprogramações das operações devido ao impacto da pandemia na sua execução;
- Impossibilidade de cumprir os programas de ação dos projetos imateriais (área da ciência, promoção do sucesso educativo, promoção turística, valorização de recursos endógenos), bem como projetos em rede e de capacitação institucional.
- Novas formas de organização do trabalho (teletrabalho) em todas as instituições envolvidas na Gestão dos POs, cuja operacionalização e estabilização de procedimentos se revelou difícil, por exemplo, por falta de equipamentos informáticos.

Medidas tomadas:

- Adaptação do Programa à nova realidade, através do apoio a medidas de apoio à recuperação social e económica;
- Promoção de sessões técnicas e de formação para o ST e OI;
- Adoção de orientações, normas e manuais e inclusão de procedimentos de simplificação em validação em custos gerais. Otimização e simplificação de procedimentos;
- Notificação de sensibilização dos beneficiários para regularização de atrasos ao nível da execução;
- Implementação de um processo de notificação eletrónica dos promotores;
- Opção pelo teletrabalho, com a disponibilização de sistema que permitiu minimizar os impactos negativos da pandemia no trabalho quotidiano dos técnicos;
- Contratação e mobilidade de RH para a estrutura técnica, para reforço da área das verificações administrativas ao nível do FEDER e do FSE, assim como serviços externos;
- Interação com os outros PO, AD&C e OI, através de uma rede colaborativa, melhorando a capacidade de resposta;
- Reuniões, sessões de esclarecimento com os beneficiários e acompanhamento individualizado a promotores com maiores dificuldades;
- Elaboração de um plano de ação para aumento da execução do PO;
- Implementação de procedimentos de supervisão das propostas dos OI mais ágeis (reuniões videoconferência);
- Incremento da adoção de metodologias de OCS (tipologias FSE e FEDER);

A prioridade para 2022 continua a ser garantir uma elevada velocidade de execução do Programa, para que se mantenha o ritmo impresso em 2021, permitindo chegar ao fim do ano com uma taxa de execução de 82.1%.

À semelhança do ano anterior, os objetivos mantêm-se ambiciosos e requerem estímulos do lado da execução física dos projetos e da submissão de pedidos de pagamento por parte dos beneficiários, a par com celeridade das equipas na verificação da despesa. No que respeita à execução física, em 2022 será ainda importante promover a aceleração do encerramento de projetos e dos respetivos procedimentos associados.

Uma das preocupações para 2022, a par do aumento da execução, é manter os elevados níveis de exigência na validação da despesa, de modo a reduzir a taxa de erro, em resposta ao desafio da Comissão Europeia.

O ano de 2022 será também marcado pelos trabalhos preparatórios do próximo período de programação, por forma a garantir a maior agilidade e o menor número de condicionantes no arranque e desenvolvimento do PO Regional do Centro no âmbito do PT2030.

No ano de 2022, com o surgimento da guerra na Europa e conseqüente escalada de preços, em particular dos combustíveis, esperam-se dificuldades acrescidas na execução do Programa.

Capítulo IV – COMUNICAÇÃO

Divulgar as atividades da CCDRC, de forma a aumentar a sua notoriedade junto da população e comunicação social, foi o principal objetivo da Assessoria de Comunicação da Presidência da CCDRC em 2021. A estratégia de comunicação da CCDRC concretizou-se na disponibilização de serviços, produtos e eventos que evidenciem a importância do trabalho da CCDRC na afirmação da região Centro.

O ano de 2021 foi um ano especial para a CCDRC, com a comemoração dos seus 50 anos. Para assinalar esta data foi publicado o livro “Região Centro: 50 anos de Planeamento e Desenvolvimento Regional”, uma forma de homenagear - “todos os que construíram durante 50 anos a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) [... desde os] que tiveram a visão [...] e a iniciativa de a criar; aos que, ao longo dos anos a dirigiram, aos que nela trabalharam e trabalham; aos que foram e são os seus parceiros”. Esta data foi também assinalada por dois jornais, o Diário as Beiras e o Diário de Coimbra, que em parceria com a CCDRC, quiseram contar a história num suplemento comemorativo.



A comunicação difundida através da Comunicação social teve este ano um papel preponderante para o aumento de notoriedade e de visibilidade da CCDRC e do Centro 2020. Foram publicadas 8.131 notícias, verificando um aumento substancial da presença na comunicação social, uma vez que em

2020 foram publicadas 6.373 notícias e em 2019 contabilizaram-se 6.817 notícias. Esta comunicação assentou na difusão regular de informações sobre as atividades desenvolvidas pela CCDRC, através de comunicados de imprensa, no esclarecimento dos pedidos dos jornalistas e na criação de ações específicas para a comunicação social, como é o caso das visitas a projetos financiados.

Em termos de grandes campanhas de comunicação, foi dado destaque à divulgação dos resultados do Programa Operacional Regional do Centro 2020, enaltecendo a importância dos fundos da União Europeia para o desenvolvimento económico, social e territorial da região Centro nos últimos anos.

Tabela 14 – Assessoria de Comunicação da Presidência

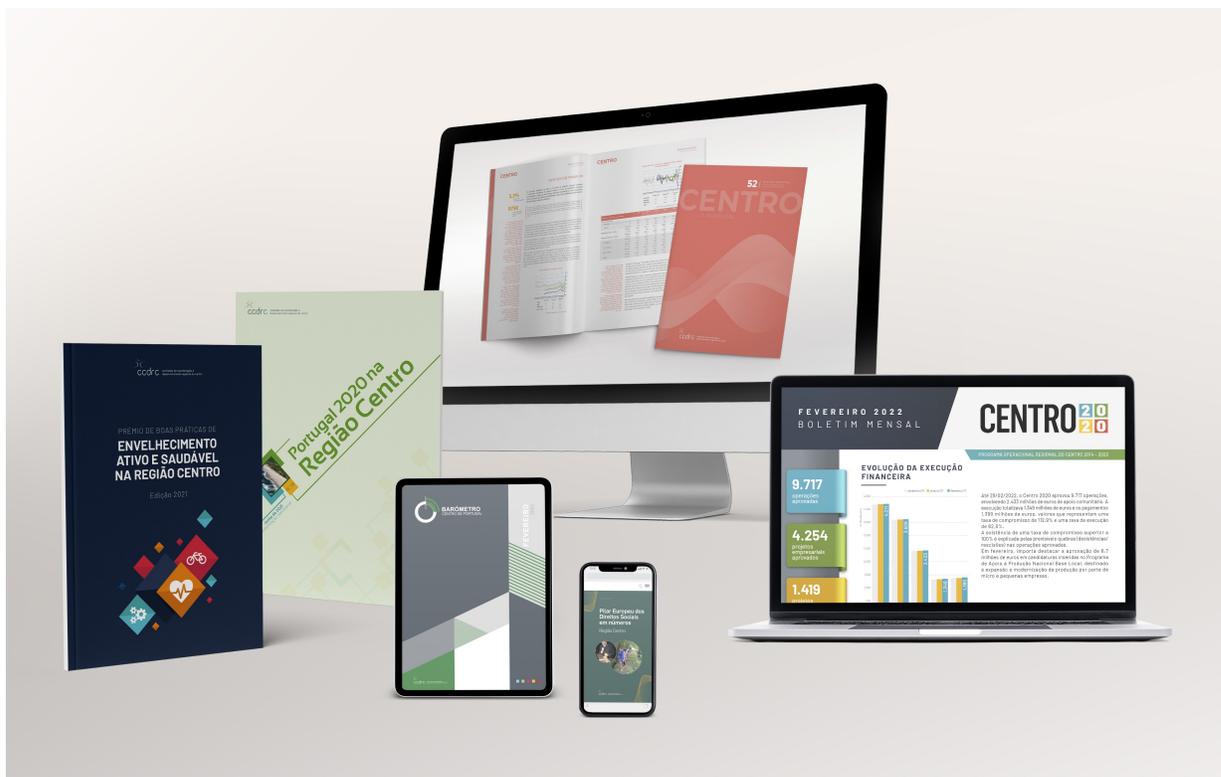
	Objetivos	Ações de Comunicação	Indicadores de Desempenho	Meta 2021	Execução
COMUNICAÇÃO	Divulgar e promover as atividades da CCDRC e do Programa Centro 2020 de forma a aumentar a sua notoriedade junto da comunicação social e da população da Região Centro	Assessoria de imprensa	N.º de comunicados de imprensa	20	29
			N.º de notícias publicadas	5.000	8.131
			N.º de esclarecimentos feitos à comunicação social	150	170
		Gestão do site da CCDRC	N.º de atualizações de conteúdos	200	353
			N.º de acessos ao site	200.000	325.632
		Gestão das redes sociais da CCDRC	N.º de atualizações facebook	250	254
			N.º de novos seguidores no facebook	5.000	5.000
		Gestão do site do Centro 2020	N.º de atualizações de conteúdo	200	204
			N.º de acessos ao site	100.000	125.222
		Gestão das redes sociais do Centro 2020	N.º de atualizações facebook	200	115
			N.º de novos seguidores no facebook	5.000	2774
		Apoio aos beneficiários do Centro 2020 no cumprimento das Regras de Publicitação dos projetos aprovados	N.º de esclarecimentos	200	250
		Organização de eventos/ campanhas	N.º de eventos/campanhas	20	30
Produção de produtos promocionais	N.º de produtos	5	15		

De destacar também a vitória nos Prémios Regiostars. Pelo sexto ano consecutivo, um projeto da região foi realçado pela Comissão Europeia através dos Prémios Regiostars. O “Transporte a pedido no Médio Tejo”, cofinanciado pelo Programa Operacional Regional do Centro, é um projeto pioneiro a nível nacional, com uma solução alternativa e inovadora de transporte público para o interior da região Centro, onde prevalecem zonas de baixa densidade, com escassez de transporte. O projeto, que conta com 70 circuitos e 1200 passageiros por mês, tem provado a sua sustentabilidade ambiental e económica e tem contribuído significativamente para a inclusão social. Resultados que já promoveram a sua réplica em outras zonas do País.



A CCDRC publica periodicamente várias publicações de acompanhamento e monitorização da região Centro. Em 2021, apostou-se numa renovação da imagem das várias publicações e voltou a reforçar-se a sua comunicação através de *banners* promocionais, infografias e animações no site e nas redes sociais:

- “Centro de Portugal – Boletim Trimestral”, publicação trimestral, que analisa a evolução conjuntural do país e da região.
- “Barómetro do Centro de Portugal”, publicação com várias atualizações ao longo do ano, que disponibiliza um conjunto de indicadores relevantes para a monitorização do desempenho regional.
- “Portugal 2020 na Região Centro”, publicação semestral, que analisa a aplicação dos fundos europeus na região.
- "Pilar Europeu dos Direitos Sociais na Região Centro em Números" - brochura anual com disponibilização de indicadores de monitorização regional e subregional do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.
- Estudos vários de análise estrutural e de diagnóstico da Região Centro, destacando-se o acompanhamento do setor empresarial da região, a temática do envelhecimento ativo e saudável, o desafio demográfico, entre outros.
- Boletim Mensal do Programa Operacional Regional Centro 2020.



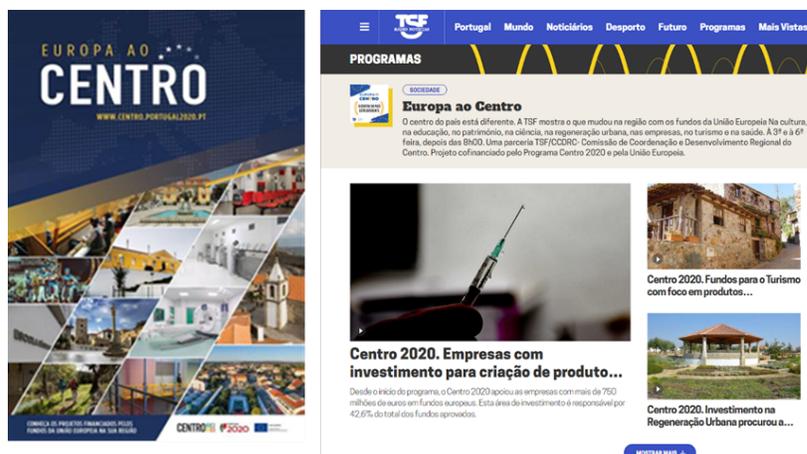
Além das tradicionais formas de comunicação da CCDRC (site, redes sociais, linha de atendimento, etc.) destacamos as seguintes ações de comunicação em 2021:

Campanha de Comunicação “Europa ao Centro”



Atendendo à estratégia de comunicação do Centro 2020, nos anos finais do período de programação deverá ser dada uma atenção especial à divulgação dos resultados do Centro 2020. Neste sentido, foi feita uma ação de comunicação de balanço da aplicação dos fundos da União Europeia de 2015 a 2020, na Rádio TSF (dois programas por semana, sobre 8 áreas de atuação do programa), com artigos em diversos Jornais da Rede do Grupo Global Media, alojados no micro-site “Europa ao Centro” (www.tsf.pt/programa/Europa-ao-centro.html) e através de anúncios na imprensa regional

Com esta Campanha foi feita uma ampla divulgação para sensibilizar o cidadão comum para os investimentos feitos na região Centro com o apoio dos fundos da União Europeia e que fazem parte do dia a dia de todos (escolas, hospitais, projetos culturais, etc.).



Mesa Redonda Europa ao Centro

No dia 9 de maio, a CCDRC e a TSF organizaram uma mesa redonda dedicada ao dia da Europa, onde foi discutida a importância da Europa e dos fundos da União Europeia para o desenvolvimento da região Centro.

Esta mesa redonda contou com a participação de:

- ▶ Isabel Damasceno, Presidente da CCDRC
- ▶ Manuel Machado, Presidente da Associação nacional de Municípios
- ▶ José Couto, Presidente do Conselho Empresarial do Centro
- ▶ José Páscoa, Vice-Reitor para a investigação e projetos da Universidade da Beira Interior.



Campanha dia da Europa

No âmbito do dia da Europa, foi feita uma Campanha no facebook do Centro 2020, destacando os grandes investimentos por área de atuação do Programa: Educação, Regeneração Urbana, Saúde, Património, Ciência, Empresas, Cultura e Turismo.





Homenagem às Empresa Gazelas da região Centro

A CCDRC promoveu, no dia 1 de julho, em Aveiro, a cerimónia de homenagem às 119 Empresas Gazela 2020. Esta sessão contou com a presença da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa. Há nove anos que a CCDRC faz o acompanhamento das empresas Gazela, empresas jovens que, num curto espaço de tempo, apresentam um crescimento acelerado no emprego e no volume de negócios. Estão presentes em todos os setores de atividade e diferenciam-se pelo seu posicionamento nos mercados e pela sua capacidade de gestão e de risco.



Prémio Empreendedor 50+

A CCDR Centro entregou, no dia 23 de novembro, a distinção de Empreendedor 50+ da região Centro em 2021 à empresária Maria Manuela Carmona, da empresa Adega 23, de Vila Velha de Ródão. O prémio associado à distinção do Empreendedor 50+ da Região Centro consiste na atribuição de dois vales no montante total de cinco mil euros. Este prémio é atribuído a instituições, com incidência na Região Centro, que realizem atividades de natureza social e cultural. A empresária distinguida, Maria Manuela Carmona, escolheu a Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, que recebe um prémio de quatro mil euros. A segunda instituição escolhida foi a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Velha de Ródão, que recebe um prémio de mil euros e que foi indicada pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, a entidade parceira que propôs o empresário distinguido.



Concurso de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo e Saudável na Região Centro

Os vencedores da edição de 2021 do concurso de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo e Saudável na Região Centro, promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), em colaboração com os membros nucleares do consórcio Ageing@Coimbra (Universidade de Coimbra, Administração Regional de Saúde, Instituto Pedro Nunes, Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra e Cáritas Diocesana de Coimbra), foram revelados no 8º Congresso Envelhecimento Ativo e Saudável, que decorreu no dia 07 de dezembro de 2021, em Coimbra. Com esta atividade, a CCDRC, no contexto dos seus objetivos de desenvolvimento regional e valorização das dinâmicas

territoriais, visa potenciar o reconhecimento e a divulgação dos projetos e iniciativas que promovem o envelhecimento ativo e saudável na região Centro. Foram admitidas a concurso 145 candidaturas, que traduzem uma grande diversidade institucional, temática e geográfica, sendo 7 da categoria Conhecimento+, 40 da categoria Saúde+ e 98 da categoria Vida+. As candidaturas apresentadas foram promovidas por cerca de 123 entidades de 81 dos 100 municípios da região Centro.



Exposição sobre soluções e materiais de construção sustentáveis.

O Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade - Itecons e a CCDR Centro promoveram, de 9 a 17 de outubro, no átrio central no piso 0 do Alma Shopping, em Coimbra, uma exposição sobre soluções e materiais de construção sustentáveis, destinada ao público em geral. Esta exposição, que teve como principal objetivo a sensibilização da população para estratégias de sustentabilidade aplicadas ao setor da construção, contou com a participação de cerca de 30 entidades, incluindo empresas, associações e centros de investigação.



Dia da Europa na Euroace

As regiões que integram a Euroregião EUROACE (Alentejo – Centro- Extremadura) celebraram, no dia 12 maio, o Dia da Europa. O dia foi marcado por uma atividade lúdica de formação com jovens das três regiões, em torno do conceito da Nova Bauhaus Europeia, recentemente lançado pela Comissão Europeia, que tem como pilares fundamentais a confluência entre arte, cultura, inclusão social, ciência, tecnologia e sustentabilidade.



Exposição de fotografia do IV Prémio Internacional Santiago Castelo

Esta exposição, promovida pela Euroregião EUROACE (Alentejo, Centro e Extremadura) e pelo Centro Unesco da Extremadura, era composta pelas 26 obras finalistas do concurso, que apresentam diferentes abordagens e perspetivas sobre o vasto património cultural e natural da Euroregião. A exposição esteve patente durante o mês de agosto, no Centro de Artes e Espetáculos da Figueira da Foz.



Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Centro

A Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Centro, presidida pela CCDR Centro, reuniu no dia 21 de dezembro, pela primeira vez, no seguimento da implementação do novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR). A criação destas comissões tem como objetivo melhorar a governança do sistema, através do seu desdobramento no território com quatro novos níveis territoriais (nacional, regional, sub-regional e municipal).



1ª Conferência Regional POSEUR – Região Centro: Sustentabilidade e uso Eficiente de Recursos

Em parceria com a autoridade de Gestão do POSEUR, realizou-se a 1ª Conferência Regional POSEUR – Região Centro: Sustentabilidade e uso Eficiente de Recursos, que decorreu no dia 6 de dezembro, em Tomar. Foram apresentados os resultados do POSEUR, bem como as perspetivas de transformação e os desafios da sustentabilidade na Região Centro.



Visita à Escola Básica Eugénio de Castro

Para assinalar a aprovação de 100 projetos para remoção de amianto em edifícios escolares, foi realizada uma visita à Escola Básica Eugénio de Castro, em Coimbra, uma das escolas onde foram removidas e substituídas estruturas com amianto. Esta visita contou com a presença da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa.

O Programa Centro2020 aprovou 100 projetos para remoção de amianto em edifícios escolares, representando um investimento total de 11,4 milhões de euros, com uma comparticipação de fundos europeus de cerca de 10 milhões de euros. Estes projetos vão permitir a remoção e substituição de cerca de 174.532 m² de coberturas com amianto, o equivalente a 17 campos de futebol.



Capítulo VI – RECURSOS HUMANOS

A CCDRC é um organismo da Administração Central do Estado com atuação direta na Região Centro (NUT II).

A estrutura orgânica da CCDRC comporta seis Direções de Serviço localizadas em Coimbra e Cinco Divisões Sub-Regionais que estão localizadas em Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu.

A CCDRC enquanto entidade regional com competência para a Gestão dos Programas Operacionais Regionais, comporta também uma Estrutura de Missão de suporte ao Programa Operacional Regional – Centro 2020 e o Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Centro.

De acordo com o Sistema Integrado de Organização do Estado (SIOE) e com o Balanço Social, à data de 31 de Dezembro de 2021, a CCDRC tem no seu mapa de pessoal 258 trabalhadores, assim distribuídos, por género:

Tabela 13 – Distribuição dos recursos humanos, por género

Número Total de Trabalhadores por género	
Homens	99
Mulheres	159
Total	258

A tabela seguinte reflete a distribuição dos trabalhadores, independentemente do vínculo, por Unidade Orgânica.

Tabela 14 – Distribuição dos recursos humanos por unidade orgânica

Número total de trabalhadores por Unidade Orgânica	
Direção de Serviços de Ambiente	23
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	20
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	46
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	18
Direção de Serviços de Fiscalização	8
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	26
Divisões Sub-Regionais	40
Presidência	10
Centro 2020	67
Total	258

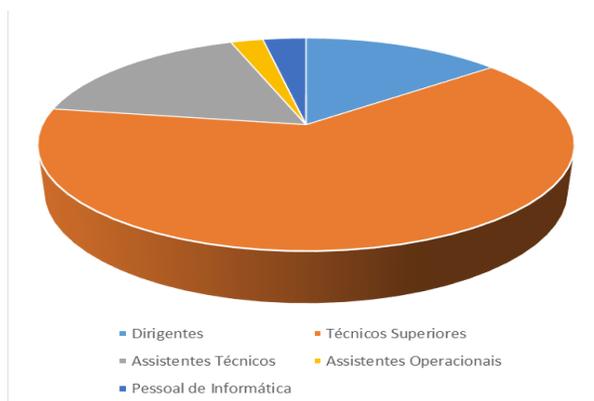
O universo dos trabalhadores da CCDRC está agrupado segundo a sua carreira e/ou categoria de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 15 – Distribuição dos recursos humanos, por carreira

Número Total de Trabalhadores por carreira	
Dirigentes	37
Técnicos Superiores	163
Assistentes Técnicos	44
Assistentes Operacionais	6
Pessoal de Informática	8
Total	258

O índice de tecnicidade (número de técnicos superiores X 100/total dos trabalhadores) é de 63,17 %. O universo dos recursos humanos da CCDRC apresenta assim um elevado nível de especialização abrangendo um vasto número de valências académicas, com maior representatividade nas habilitações académicas da área da engenharia civil, economia, geografia e direito.

Gráfico 6. Distribuição dos trabalhadores por carreira



A análise de alguma das características do universo dos trabalhadores é apresentada de forma detalhada anualmente no Balanço Social. Este instrumento permite avaliar a dinâmica dos recursos humanos (entradas/saídas), analisar alguns dos seus comportamentos, nomeadamente no que diz respeito ao absentismo, à estrutura etária dos trabalhadores da organização ou ainda quanto às suas habilitações académicas.

Por forma a descrever as características do universo dos trabalhadores são apresentadas quer em tabelas quer em gráficos algumas variáveis retiradas do Balanço Social de 2021.

O grau académico mais comum, conforme se verifica na tabela 16, é a licenciatura, daí o índice de tecnicidade já apresentado, seguido dos mestrados.

Tabela 16 – Número de trabalhadores por habilitação académica

Habilitações literárias	Nº trabalhadores
Doutoramento	4
Mestrado	45
Licenciatura	155
Bacharelato	3
Ensino Secundário	35
Ensino Básico	16
Total	258

O Balanço Social permite ainda estabelecer interligações de variáveis para que a tomada de decisão tenha como base os recursos humanos disponíveis. Neste contexto, é possível constatar que o tempo de serviço da maioria dos trabalhadores se encontra no escalão “0 a 29 anos”, o que representa uma inversão no que tinha vindo a acontecer. O fluxo de aposentações na CCDRC dos últimos anos baixou a média do tempo de serviço, situando-se este muito mais afastado do tempo de serviço necessário para aposentação. Embora não seja de desprezar o número de trabalhadores que se encontram no intervalo de tempo que possibilita o pedido de aposentação.

Numa perspetiva de futuro, e no universo total de 258 trabalhadores, a saída de 19 trabalhadores representa 7,4 % do universo total.

Tabela 17 – Tempo de serviços dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira

Grupo/cargo/carreira	0 a 29 anos	30 a 40 anos	+ de 40 anos	Nº trab
Dirigente superior 1º grau	2	0	0	3
Dirigentes superior 2º grau	1	1	0	2
Dirigente intermédio 1º grau	5	0	1	6
Dirigente intermédio 2º grau	10	6	2	16
Técnico Superior	125	28	19	163
Assistente Administrativo	16	16	12	44
Assistente Operacional	2	1	3	6
Pessoal Informático	7	1	0	8
TOTAL	168	53	37	258

No ano de 2021 a maioria das saídas verificadas ocorreram por motivo de aposentação (9), cessação da mobilidade interna (3), por nomeação em gabinetes Ministeriais (4), limite de idade (1) e por mobilidade interna p/ outros organismos (2).

A entrada de novos trabalhadores foi de 23 em 2021, verificou-se por recurso à figura de mobilidade interna (11), por Recrutamento Centralizado (4), Estágios Profissionais APXXI (6), regresso de 2 trabalhadores que se encontravam noutros organismos e (1) nomeação de cargo dirigente de nível superior.

A doença é o principal motivo de absentismo (1109 dias de ausência) e são as mulheres que apresentam mais este tipo de justificação (722 dias), quer seja por doença da própria, quer seja para apoio a familiares.

É de realçar que as ausências ao serviço por proteção na parentalidade (220 dias) tiveram alguma expressão neste ano, muito em consequência da idade mais jovem dos trabalhadores afetos à Estrutura de Missão do Centro 2020.

O Plano de Formação 2021 para todos os trabalhadores da CCDRC, da Estrutura de Missão do Centro 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Centro foi superiormente aprovado.

O Plano de Formação incluiu ações de Formação Interna, distribuídas por seis áreas de formação: Regimes Jurídicos, Informática e Novas Tecnologias da Informação, Línguas, Auditoria, Gestão Pública, Gestão de Pessoas, Gestão Financeira/Contabilidade Pública e Desenvolvimento Regional.

Incluiu também Sessões Técnicas, ministradas por dirigentes e/ou trabalhadores, distribuídas também por áreas de formação: Regimes Jurídicos, Informática e Novas Tecnologias da Informação, Ambiente, Gestão Financeira/Contabilidade Pública e Desenvolvimento Regional.

De realçar que no domínio das Sessões Técnicas, o Plano aprovado, tal como era previsto, foi alterado conforme as necessidades e disponibilidades de matérias que surgiram ao longo do ano.

Por último, convém não esquecer a Autoformação ou seja, o acesso à formação por iniciativa individual do trabalhador e por ele financiada, que corresponda, direta ou indiretamente, às áreas funcionais em que se encontre inserido ou contribua para o aumento da respetiva qualificação.

No total, foram 155 os trabalhadores que participaram em ações de formação profissional, o que corresponde a uma taxa de 60%, ou seja, mais de metade dos trabalhadores participaram, em pelo menos uma ação de formação. Na tabela seguinte é feita a caracterização dos trabalhadores que frequentaram ações de formação profissional, distribuídos por cargo ou carreira e género.

Tabela 18 – Número de trabalhadores que participaram em ações de formação

Carreira	Género		Total
	M	H	
Dirigente Superior	0	3	3
Dirigente Intermédio	11	5	16
Técnico Superior	84	32	116
Assistente Técnico	13	1	14
Assistente Operacional	0	0	0
Informático	2	4	6
		Total	155

Foram 6 os trabalhadores que participaram em ações de formação no regime de autoformação, correspondendo a uma taxa de participação de cerca de 4%.

Tabela 19- Nº de trabalhadores que participaram em ações de formação, em regime de autoformação

Carreira	Género		Total
	F	M	
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	1	0	1
Técnico Superior	2	1	3
Assistente Técnico	1	0	1
Assistente Operacional	0	0	0
Informático	0	1	1
		Total	6

A taxa de participação em formação interna foi de 84,37% e de formação externa de 15,63%.

A duração média por horas despendidas em ações de formação por formando foi de cerca de seis horas, sendo o volume total de formação de 872 horas.

Sobre o tipo de horário de formação predomina a formação em regime laboral.

Capítulo VII – AVALIAÇÃO FINAL

De acordo com o artigo 18.º n.º 1 da Lei n.º 66-B/2007, a expressão qualitativa da avaliação final dos serviços é expressa pelas seguintes menções:

- a) Desempenho bom, atingiu todos os objetivos, superando alguns;
- b) Desempenho satisfatório, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes;
- c) Desempenho insuficiente, não atingiu os objetivos mais relevantes.

Face ao exposto neste relatório, proponho a menção de Desempenho BOM, a atribuir no ano de 2021, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, como resultado da autoavaliação.

Esta proposta é ainda baseada na avaliação efetuada no sistema GEADAP conforme tabela retirada desta plataforma:

AVALIAÇÃO FINAL DO ORGANISMO				
PARÂMETRO	PONDERAÇÃO	TAXA REALIZAÇÃO	RESULTADO	
EFICÁCIA	20%	118%	23,6%	Superou
EFICIÊNCIA	30%	111%	33,3%	Superou
QUALIDADE	50%	114%	57%	Superou

Taxa de Realização final : 113,9 %

Organismo	Menção a atribuir em 2021
CCDRC	BOM

Coimbra,

A Presidente da CCDRC

(Dra. Isabel Damasceno)

Anexo 1. – Prestação de Contas.

Anexo 2. - Grau de cumprimento dos objetivos do plano de atividades, por unidade orgânica.

Anexo 3. – Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2 alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

Anexo 4. – Inquérito Interno.

Prestação de Contas

Em 2021, a CCDRC fez a prestação de contas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e com a Norma de Controlo Interno que lhe está subjacente. A prestação de contas junto do Tribunal de Contas foi feita de modo eletrónico. De realçar ainda que a prestação de contas foi feita sob a supervisão e validação do fiscal único da CCDRC.

A 31 de Dezembro de 2021, a CCDRC não tinha qualquer dívida a fornecedores, situação que se mantém sob controlo há vários anos.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Financiamento da Despesa

A receita cobrada líquida do exercício cifra-se em 25.746.658,04€, sendo que as receitas correntes atingiram o montante de 10.519.909,48€ e as receitas de capital atingiram o montante de 15.226.748,56€. O montante global da receita engloba o saldo da gerência anterior no montante de 14.920.621,33€ ao qual foi deduzido o montante de 225.192,19€, por entrega de saldo.

A despesa paga do corrente exercício foi de 11.126.356,28€. As despesas correntes e as despesas de capital cifram-se em 10.732.685,19€ e 393.671,09€, respetivamente.

Da execução orçamental resultou um saldo no montante de 14.620.301,76€ que transita para a gerência seguinte.



Recebimentos e Pagamentos

A Receita total do ano de 2021 atingiu o montante de 25.746.658€ e a despesa foi de 11.126.356€.

O saldo global positivo obtido no montante de 14.620.301€, resulta da diferença entre o montante arrecadado de 25.746.658€ e o montante pago de 11.126.356€.

O saldo acumulado no montante de 14.620.301€ é constituído pelos saldos trimestrais seguintes:

- 1º trimestre 3.202.933€;
- 2º trimestre -15.282102€;
- 3º trimestre – 15.766.549€;
- 4º trimestre – 14.620.301€.

INDICADORES ECONOMICO FINANCEIROS

Os rácios financeiros permitem aferir a forma como a entidade se financia, o grau da sua independência financeira e a sua capacidade para fazer face aos seus compromissos a médio e longo prazo (não corrente).

Os indicadores de liquidez espelham a capacidade de solver os compromissos. Os valores iguais a 1 ou superiores são bons indicadores.

Todos os indicadores de liquidez melhoraram no corrente exercício.

		2021	2020	Variação
LIQUIDEZ	Liquidez Geral	1,28	1,16	0,12
	Liquidez Reduzida	1,28	1,16	0,12
	Liquidez Imediata	1,08	0,54	0,55

Nas taxas de rentabilidade verifica-se uma variação significativa em virtude de se ter reduzido significativamente o montante dos prejuízos, passando de 1.500.101,25€ em 2020, para 394.100,44€ em 2021.

		2021	2020	Variação
RENTABILIDADE	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	-8,34	-28,99	20,65
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	-2,04	-4,19	2,15

O indicador da Autonomia financeira melhorou por via da redução do ativo. Assim, o ativo passou a ser financiado numa maior percentagem pelo Património.

O rácio de solvabilidade traduz a capacidade da entidade expressa pelo Património para solver os seus compromissos expressos no passivo, ou seja, o seu endividamento.

O rácio de endividamento determina a proporção ou percentagem de capital alheio utilizado no financiamento das atividades da entidade.

Pelo quadro abaixo, mostra a variação dos indicadores. Apenas o endividamento teve uma pequena variação negativa.

		2021	2020	Variação
ESTRUTURA FINANCEIRA	Autonomia Financeira	0,24	0,14	0,10
	Solvabilidade	0,32	0,17	0,15
	Endividamento	0,76	0,86	-0,10

INDICADORES ORÇAMENTAIS

A taxa de 76% que a execução orçamental da despesa apresenta, resulta do facto da execução física das empreitadas de reconstrução das habitações permanentes danificadas pelos incêndios de outubro de 2017, ter sofrido uma redução relativamente ao que estava inicialmente previsto e dotado orçamentalmente, o que influencia muito este valor. De referir que este programa está praticamente concluído. Em resultado, temos o respetivo reflexo no saldo para a gerência seguinte já anteriormente referido.

Indicadores orçamentais	2021	2020	Varição
Grau de Execução Orçamental da Receita	0,935	0,925	0,010
Grau de Execução Orçamental da Despesa	0,759	0,460	0,299
Indicador de estrutura da receita efetiva	1,009	1,000	0,009
Indicador de estrutura da despesa efetiva	1,004	1,000	0,004
Saldo Corrente	-212.776	-1.392.478	1.179.702
Saldo Capital	14.833.077	16.538.292	-1.705.214
Saldo Primário	-300.320	-2.447.420	2.147.100
Saldo Global	-300.320	-2.447.420	2.147.100
Grau de realização das Liquidações	0,988	0,994	-0,006
Grau de execução das obrigações	-	-	-

ANALISE DOS PROJETOS PIDDAC

Orçamento da receita

O financiamento do orçamento inicial PIDDAC tem como origem o recurso a Fundos Comunitários. O primeiro contribui com o montante de 9.000€ e o segundo com o montante de 5.348.800€.

No quadro abaixo, apresentam-se de forma resumida as diversas fontes de financiamento individualizadas por projeto.

Como se observa, o projeto PARHP que se destina a apoiar os efeitos devastadores dos incêndios verificados no ano de 2017, com um montante de 12.225.423€, passou a ser o principal projeto do PIDDAC.

O projeto Assistência Técnica – Centro 2020 foi o segundo projeto de investimento da CCDRC com um montante de 5.441.970€.

Receita por Projecto			Orçamento Inicial	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS		Orçamento Corrigido
Código	Projeto	Fonte de Financiamento		Integração Saldo	Outras	
9272	Proj.9272 - Assistência Técnica - Centro 2020	Saldo RI entre Org.		100.421 €		100.421 €
		Comunitário	5.100.000 €	366.812 €	-125.263 €	5.341.549 €
		SOMA	5.100.000 €	467.233 €	-125.263 €	5.441.970 €
9388	Proj.9388 - Monitorização Ambiental da Região Centro	Saldo de RG		4.665 €		4.665 €
		Comunitário		8.126 €		8.126 €
		Tranf. entre organismos RP		6.044 €	60.000 €	66.044 €
		SOMA		18.835 €	60.000 €	78.835 €
9686	Proj.9686 - Cooperação Territorial	RI				
		Saldo RI		11.911 €		11.911 €
		Comunitário	49.800 €	88.056 €		137.856 €
11461	Proj.11461 - Promoção do desenvolvimento da Região Centro	SOMA	49.800 €	99.967 €		149.767 €
		RI				
		Comunitário	199.000 €	34.247 €		233.247 €
10634	Proj.10634 - PARHP	Saldo Transf. Entre Org. (RP)		27.927 €		27.927 €
		SOMA	199.000 €	62.174 €		261.174 €
		Saldo RI		7.588.406 €		7.588.406 €
10634	Proj.10634 - PARHP	Saldo Transf. entre Org.		4.637.017 €		4.637.017 €
		SOMA		12.225.423 €		12.225.423 €
		Soma	5.348.800 €	12.873.632 €	-65.263 €	18.157.169 €

Orçamento da despesa

No orçamento inicial, projeto Assistência Técnica – Centro 2020 era o maior projeto de investimento da CCDRC em termos de volume financeiro e representa 73.2% do orçamento disponível da despesa do PIDDAC.

Contudo, no orçamento corrigido (após a integração de saldos) o projeto PARHP passou a ser o principal projeto de investimento da CCDRC e representa 20.7% do orçamento corrigido da despesa do PIDDAC. De referir que parte do saldo deste projeto não foi aplicado em despesa já que não teve autorização do Ministério das Finanças..

Assim, só estes dois projetos somam 93,9% do volume financeiro do programa PIDDAC.

Despesa por Projecto		Orçamento inicial	Alterações orçamentais	Dotação Corrigida	Cativação 12,5% (FN)	Orçamento disponível
Código	Designação					
9272	Proj.9272 - Assistência Técnica - Centro 2020	5.100.000	241.549	5.341.549		5.341.549
9388	Proj.9388 - Monitorização Ambiental da Região Centro		68.126	68.126		68.126
9686	Proj.9686 - Cooperação Territorial	49.800	88.056	137.856		137.856
11461	Proj.11461 - Promoção do desenvolvimento da Região Centro	199.000	34.247	233.247		233.247
10634	Proj.10634 - PARHP		1.511.495	1.511.495		1.511.495
	Totais	5.348.800	1.943.473	7.292.273		7.292.273

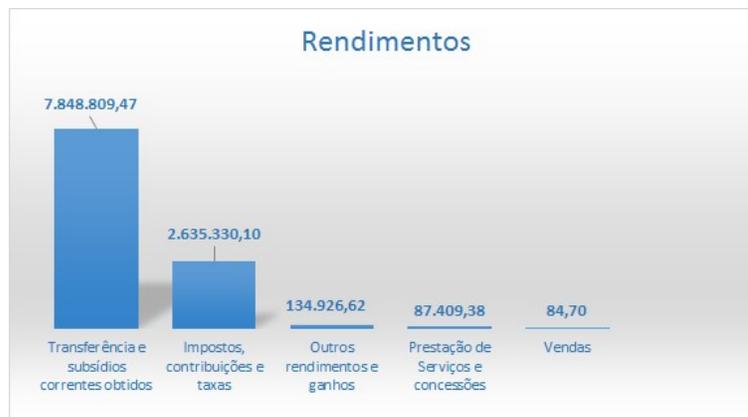
RENDIMENTOS:

Neste exercício os rendimentos totalizaram 10.706.560,27€, sendo inferiores aos gastos, 11.100.660,71€, originando um resultado líquido negativo do período, no montante de 394.100,44€.



Os rendimentos são essencialmente constituídos por “Transferências e subsídios correntes obtidos” e por “Impostos, contribuições e taxas”. Os primeiros, no montante de 7.848.809,47€, representam 73,3% da estrutura dos proveitos; os segundos, que totalizam 2.635.330,10€, representam 24,6%.

As restantes contas de rendimentos apresentam valores residuais e representam 2% dos rendimentos totais.

**GASTOS:**

Os gastos são constituídos principalmente por:

Naturezas	Valor	%
Gastos com o pessoal	8.940.841,21	80,5%
Fornecimentos e serviços externos	1.337.495,29	12,0%
Transferências correntes concedidas	477.340,97	4,3%
Gastos de depreciação e de amortização	228.847,53	2,1%
Outros gastos	94.873,21	0,9%
Perdas por imparidade	21.262,50	0,2%
Totais	11.100.660,71	100,0%

Os “Gastos com o pessoal” são a maior componente na estrutura da demonstração de resultados por naturezas da CCDRC e representa 80,5% do total dos gastos.

Os gastos desta natureza são maioritariamente constituídos por remunerações do pessoal, 6.853.221,13€ (76,7%), remunerações dos órgãos sociais e de gestão, 340.023,34€ (3,8%) e encargos sobre as remunerações, 1.655.363,69€ (18,5%).

	Conta da DR	Valor	%
Custo do serviço corrente		8.903.142,51	100%
Remuneração dos órgãos sociais	631	340.023,34	3,8%
Remuneração do pessoal	632	6.853.221,13	76,7%
Encargos sobre remunerações	635	1.655.363,69	18,5%
Acidentes trabalho e doenças profissionais	636	0,00	0,0%
Gastos de ação social	637	26.545,68	0,3%
Outros encargos sociais	639	27.988,67	0,3%
Custo dos serviços passados	0	37.698,70	0%
Indemnizações	634	37.698,70	0,4%
TOTAL	63	8.940.841,21	100%

Os gastos com “Transferências e subsídios concedidos” no montante de 477.340,97€, que representam 4,3% da estrutura de gastos, são devidos às despesas relacionados com o Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente que foi criado pelo governo para dar resposta aos acontecimentos trágicos ocorridos em virtude dos incêndios de grandes dimensões que tiveram lugar, no dia 15 de outubro de 2017, em vários concelhos do Centro e do Norte do território nacional.

Os gastos em “Fornecimentos e serviços externos” (FSE) no montante de 1.337.495,29€, representam 12% da estrutura dos gastos.

As cinco principais contas de gastos em FSE (“Outros serviços especializados”, “Trabalhos especializados”, “Limpeza, higiene e conforto”, “Comunicação” e “Conservação e reparação”) representam 71,8% dos gastos desta natureza, que pela mesma ordem, representam 29%, 23%, 8%, 6% e 5,7%, respetivamente. Estas cinco contas de gastos são responsáveis por 959.661,30€ dos dispêndios.



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro			
Demonstração dos resultados por naturezas individual, do período findo em 31 de dezembro de 2021			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade monetária: euro	
		PERÍODOS	
		2.021	2.020
Impostos, contribuições e taxas	13 e 14	2.635.330,10	2.448.261,51
Vendas	13	84,70	88,60
Prestações de serviços e concessões	13	87.409,38	75.392,55
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	7.848.809,47	8.028.360,53
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-1.337.495,29	-1.241.316,59
Gastos com pessoal	19	-8.940.841,21	-8.929.183,27
Transferências e subsídios concedidos		-477.340,97	-1.667.940,53
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-21.262,50	-61.733,69
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		134.926,62	127.839,30
Outros gastos e perdas		-94.873,21	-106.822,12
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		-165.252,91	-1.327.053,71
Gastos/reversões de depreciação e amortização-	3	-228.847,53	-172.947,54
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-394.100,44	-1.500.001,25
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-394.100,44	-1.500.001,25
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-394.100,44	-1.500.001,25

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro		Unidade monetária: euro	
Balço individual em 31 de dezembro de 2021			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	2, 5	1.212.018,48	1.160.154,86
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	137.441,03	52.224,56
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		1.349.459,51	1.212.379,42
ATIVO CORRENTE			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis obtidos			
Clientes, contribuintes e utentes	18	510.956,18	604.985,88
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18	2.284.650,28	18.040.215,98
Diferimentos		2.071,62	1.636,76
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1.2.3	15.210.383,12	15.975.931,19
		18.008.061,20	34.622.769,81
TOTAL DO ATIVO		19.357.520,71	35.835.149,23
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		194.309,47	194.309,47
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		4.322.500,60	5.822.501,85
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	18	604.719,81	657.571,80
Resultado líquido do período		-394.100,44	-1.500.001,25
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		4.727.429,44	5.174.381,87
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões			
Financiamentos Obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	18	590.081,36	830.117,67
		590.081,36	830.117,67
PASSIVO CORRENTE			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	18	14.040.009,91	29.830.649,69
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		14.040.009,91	29.830.649,69
TOTAL DO PASSIVO		14.630.091,27	30.660.767,36
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO		19.357.520,71	35.835.149,23

Grau de cumprimento dos objetivos do plano de atividades, por unidade orgânica

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	Consolidar a CCDRC como <i>broker</i> territorial para o planeamento, a competitividade, inovação e internacionalização	Aprovação do Plano de Capacitação para a Internacionalização alinhado com a RIS3 do Centro	31 de outubro	X		
		Nº de iniciativas de articulação com entidades regionais com vista à promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC	30	X		
		Nº de adesões ao Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro	20 novos parceiros	ANULADO		
		Nº de elementos de comunicação para disponibilizar no portal e no FB da CCDRC (notícias, comunicados de imprensa, animações e infografias)	40	X		
	Acompanhar e monitorizar as dinâmicas regionais e as políticas públicas na Região Centro	Nº de iniciativas de reconhecimento de mérito e boas práticas	3		X	
		Nº de documentos de monitorização	17	X		
		Nº ações de divulgação/promoção das plataformas geridas pela DSDR (InCentro e DataCentro)	12		X	
		Percentagem de pareceres do mérito regional dos Sistemas de Incentivos às Empresas emitidos até dois dias antes do prazo definido	95%	X		
	Dinamizar a Cooperação Territorial Europeia na Região Centro	Nº de (micro)iniciativas de cooperação transfronteiriça dinamizadas pela CCDRC	4	X		
		Sistematização da informação existente sobre os 30 anos de programas de cooperação transfronteiriça na Região Centro (1990-2020)	30 dezembro			X
		Nº de ações de acompanhamento pela CCDRC no contexto de projetos de cooperação inter-regional (designadamente Interreg e URBACT)	24	X		

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	
Objetivos	Fundamentações
Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização	<p>O Plano de Capacitação para a Internacionalização alinhado com a RIS3 do Centro foi aprovado a 30 de setembro.</p> <p>O número de iniciativas de articulação com entidades regionais com vista à promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC foi largamente superado, ultrapassando as 60 iniciativas.</p> <p>O número de elementos de comunicação para disponibilizar no portal e no FB da CCDRC foi de 80 (47 animações e infografias, 19 comunicados e 14 notícias).</p> <p>O indicador Número de adesões ao Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro foi anulado, em virtude da situação pandémica que, ao prolongar-se por todo o ano de 2021, impediu a mobilização de novas entidades aderentes.</p>
Acompanhar e monitorizar as dinâmicas regionais e as políticas públicas na Região Centro	<p>Foi cumprido o indicador do número de ações de divulgação/promoção das plataformas geridas pela DSDR (InCentro e DataCentro), da mesma forma que se realizaram as três iniciativas de reconhecimento de mérito e boas práticas previstas: a Gala das Gazelas e a entrega do Prémio Empreendedor 50+ e dos Prémios das Boas Práticas em Envelhecimento Ativo e Saudável.</p> <p>O número de documentos de monitorização produzidos foi superado com a disponibilização de mais de 20 documentos.</p> <p>A percentagem de pareceres do mérito regional dos Sistemas de Incentivos às Empresas emitidos até dois dias antes do prazo definido foi de 100%.</p>
Dinamizar a Cooperação Territorial Europeia na Região Centro	<p>O indicador relativo ao número de (micro)iniciativas de cooperação transfronteiriça dinamizadas pela CCDRC foi superado com cinco iniciativas.</p> <p>Não foi possível concretizar a sistematização da informação existente sobre os 30 anos de programas de cooperação transfronteiriça na Região Centro (1990-2020).</p> <p>O número de ações de acompanhamento pela CCDRC no contexto de projetos de cooperação inter-regional ultrapassou as três dezenas (envolvendo projetos URBACT como o URGE, SIBdev, IOTxchange, Food Corridors ou ON Board, ou projetos INTERREG Europe como o Innoprovement, CLAY, Digital Regions, InnoIndustry, iBuy, REMIX, EU-SHAFE ou AgriRenaissance, ou ainda o projeto COSME CIRCLOCAL).</p>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio jurídico prestados até 30 dias úteis e 100% com correção jurídica	x		
	Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio jurídico prestados até 30 dias úteis e 100% com correção jurídica;	x		
	Contraordenações ambientais	Percentagem de propostas de decisão sobre autos/participações de contraordenação	70% de propostas de decisão, relatórios, e informação de arquivo, sobre os autos de notícia e de participações respeitantes a processos de contraordenação	x		
	Análise e validação do reporte de informação dos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes (documentos previsionais, de prestação de contas)	Relatórios de acompanhamento	2 Relatórios anuais		x	
	Apoio às autarquias locais no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio prestados até 30 dias úteis, com correção técnica ;	x		
	Apoio às autarquias locais e entidades equiparadas no âmbito da cooperação técnica e financeira e dos auxílios financeiros de emergência municipal (nacionais ou da União Europeia)	Tempo médio de resposta e qualidade	100% dos atos de apoio prestados até 30 dias úteis	x		

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	
Objetivos	Fundamentações
Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	No âmbito do apoio jurídico ao CENTRO2020 e aos serviços da CCDR elaboraram-se 175 pareceres jurídicos, emitidos até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido. A acrescentar a estes pareceres, elaboraram-se 12 pronúncias no âmbito do contencioso administrativo.
Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	No âmbito do apoio autárquico os 340 pareceres jurídicos elaborados, tendo todos sido emitidos até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido na CCDR. Os pareceres jurídicos emitidos respeitaram, maioritariamente, aos seguintes temas: atribuições e competências municipais e das freguesias; regulamentos externos autárquicos; eleitos locais; contratos públicos; recursos humanos; funcionamento de órgãos autárquicos e de comunidades intermunicipais; benefícios fiscais autárquicos; empresas locais; empresas participadas;
Contraordenações ambientais	Instruíram-se 326 processos de contraordenação, em 430 que deram entrada, contribuindo para a redução das pendências de processos a instruir.
Análise e validação do reporte de informação dos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes (documentos previsionais, de prestação de contas)	Foi prestado apoio técnico aos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, materializado no acompanhamento e verificação dos documentos previsionais para 2021.
Apoio às autarquias locais no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais	Em matéria de apoio às autarquias no âmbito das finanças locais: Acompanhou-se o desempenho dos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, onde a par do atendimento telefónico em matéria de natureza contabilística (quando tal é adequado) foi: i. verificada a conformidade dos reportes dos municípios da Região Centro (Demonstração de Resultados, Execução do PPI, Fluxos de Caixa, Contas de Ordem, Controlo Orçamental da Receita, Saldo da Gerência Anterior, Controlo Orçamental da Despesa, Ativo Imobilizado Bruto, Factoring, Leasing, Empréstimos e Endividamento) no que respeita aos: - 77 documentos previsionais para 2021.
Apoio às autarquias locais e entidades equiparadas no âmbito da cooperação técnica e financeira e dos auxílios financeiros de emergência municipal (nacionais ou da União Europeia)	Acompanhou-se a execução dos diversos contratos de apoio financeiro celebrados entre autarquias locais e entidades associativas e religiosas e o Estado (DGAL), nomeadamente no âmbito: - dos Contratos programa temáticos (entre os quais o Fundo de Emergência Municipal, Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia; Beneficiação de Equipamentos Municipais); - do Subprograma 2 do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva (incluindo os relativos ao Furacão Leslie); - dos Auxílios Financeiros – Sedes de Juntas de Freguesia

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	Desenvolvimento da Proposta do PROT Centro	Apresentação à Tutela da primeira proposta de opções estratégicas de base territorial e da primeira proposta do sistema urbano territorial do PROT Centro	365 dias			X
	Disponibilização de documentos e de informação relevante	Data da atualização da Informação no Portal e Datacentro	30 dias após a publicação dos diplomas legais ou do conhecimento de documentos de orientação que justifiquem a atualização	X		
	Colaborar com outras entidades ou Unidades Orgânicas da CCDRC na análise do descritor Ordenamento do Território	% de contributos	95%	X		
	Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território	% de pareceres emitidos no prazo legal, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		
	Garantir a decisão concertada das Entidades Externas (EE), no âmbito do RJUE, da REN e na formação e dinâmica de PMOT e da REN	% de decisões no prazo legal % de realização de Conferências Decisórias/Procedimentais no prazo legal	92%	X		
	Garantir a colaboração permanente com as entidades de tutela, contribuindo para a definição das bases gerais de ordenamento de território e urbanismo	% de contributos no prazo solicitado, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		
	Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT bem como a sua suspensão e estabelecimento de Medidas Preventivas	% de pareceres emitidos no prazo legal, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		
	Emitir parecer no âmbito da Avaliação Ambiental de Planos e Programas	% de pareceres emitidos no prazo legal, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		

Direção de Serviços de Ordenamento do Território	
Objetivos	Fundamentações
Desenvolvimento da Proposta do PROT Centro	Este Objetivo não foi cumprido, uma vez que a Resolução do Conselho de Ministros que determinou a elaboração do PROT Centro só foi publicada em dezembro de 2021.
Disponibilização de documentos e de informação relevante	<p>Foram atualizados todos os documentos disponibilizados no âmbito da gestão territorial, no Portal da CCDRC (após publicação de diplomas legais que justificaram a atualização).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi feita a manutenção e melhoramento das bases de dados do RJREN/RJUE, com a formulação de novos indicadores relacionados com a alteração da aplicação “UAAR2” e do “SIRJUE controle de processos” incluindo a manutenção, recolha, tratamento e análise de dados, antes de 30 de novembro de 2021, de forma a facilitar a utilização. - Foi atualizado o “Guia Orientador das consultas em razão da localização (SIRJUE). <p>Sempre que saíram novas publicações relativas à dinâmica (elaboração, alteração ou revisão) de Planos – PDM, PU e PP – e de cartas da REN, dos 77 Municípios da Região Centro, foram atualizadas, em geral no próprio dia, as Listas e publicações em Diário da República (DR) – via e-mail:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 60 listas PDM/REN/PU/PP - 43 DRs PDM/REN - 1 DR e Figura de Comissão Consultiva de Revisão PDM - 1 Atualização de Guia de apoio à revisão do PDM - 8 Atualizações dos formulários da REN <p>_ Informação para DSDR - DATACENTRO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preenchimento da Tabela da DSDR - DataCentro2020 - nos descritores “Ordenamento do Território” relativos à dinâmica do Planos Territoriais – PDM, PU e PP, bem como da REN e do RJUE; - Informação para DTCl – ideCentro /GEVIG: <p>Comunicação das publicações em DR dos PDM, PU, PP e REN, dos 77 Municípios da R. Centro (em geral no próprio dia da publicação) – via e-mail:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 55 atualizações Planos territoriais <p>Ficheiros da REN para atualização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 51 atualizações cartas da REN

<p>Colaborar com outras entidades ou Unidades Orgânicas da CCDRC na análise do descritor Ordenamento do Território</p>	<p>Outras Unidades Orgânicas da CCDRC:</p> <ul style="list-style-type: none"> _ Centro 2020: Análise de 13 candidaturas, no descritor “Ordenamento do Território”; _ DSR’s; DSAJAL; DGT; DSF – 69 processos; _ DLPA – 3 vistorias relativas a massas mineiras e 22 processos, relativamente a AIA, AinC, operações de gestão de resíduos; _ CRUU – No apoio ao cidadão foram respondidos 2625 e-mails, 475 solicitações telefónicas e 11 atendimentos presenciais, encaminhados pelo Centro de Resposta ao Utente/Utilizador _ Vice-Presidente – 1 <p>Outras Entidades, externas:</p> <ul style="list-style-type: none"> _ ERRANC – 22 reuniões, com 775 processos; _ RERAE - 8 Conferências Decisórias para Regularização de atividades económicas _ Comissão Nacional do Território/Grupo de Trabalho da REN – 2 reuniões; _ Comissão Nacional do Território/Grupo de Trabalho dos IGT - _ Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem – 4 Reuniões; _ Conselho estratégico da Paisagem Protegida da Serra do Açor – 3 Reuniões; _ (PEPACôa) PE Parque Arqueológico do Vale do Côa – 1 Reunião; _ CMDF Soure – 4 Reuniões; _ CMDF Tábua – 6 Reuniões; _ CMDF Arganil – 3 Reuniões; _ CMDF Miranda do Corvo – 3 Reuniões; _ CMDF de Penela – 4 Reuniões; _ CMDF de Góis – 1 reunião; _ CMDF Figueira da Foz – 1 reunião; _ Grupo de Trabalho de Emparcelamento Agrícola do Campo do Conde (Soure) – 1 Reunião; _ Grupo de Trabalho IGT-PCGT – 4 Reuniões; _ Grupo de Trabalho 5 CCDR’s – 2 Reuniões/videoconferência; _ Plano de Gestão da ZEC Serra da Lousã – 2 reuniões; _ Plano de Gestão da ZEC Serra de Montemuro – 2 reuniões. _ “Regimes Executório e Económico /Financeiro no quadro dos PDM - Conversas entre CCDRs” – 1 documento _ Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra – 1 ofício; _ Envio das cartas da REN da Região Centro para entidades externas – IGAMAOT, ARHC, ARHN, DRAPC, CIM’s, CM’s, Empresas – 25 <p>Foi garantida a participação em todas as reuniões em representação da CCDRC bem como a emissão de contributos para outras Unidades Orgânicas da CCDR, o que perfaz uma taxa de execução de 100%.</p> <ul style="list-style-type: none"> _ Camaras Municipais da Região Centro e entidades externas - 434 reuniões, sobre temáticas da gestão territorial _ CM, J Freguesia e Autoridade de Saúde - 2 vistorias a cemitérios _ 3 vistorias sobre pesquisa e exploração de massas minerais com emissão de certidão, outros;
<p>Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território</p>	<p>No âmbito da gestão territorial, foi dada resposta a todos os 3217 processos que deram entrada nesta CCDR e criados 5732 documentos, dentro do prazo legal (com os RFL disponibilizados no SI-ICNF em prazos inferiores a 15 dias), nunca ultrapassando os 30 dias (tempo medio de resposta de 9 dias), conforme quadro de circulação interna de processos.</p>

<p>Garantir a decisão concertada das Entidades Externas (EE), no âmbito do RJUE, da REN e na formação e dinâmica de PMOT e da REN</p>	<p>No âmbito da REN e da formação e dinâmica de PMOT, foram realizados, no prazo legal e inferior a 30 dias, as seguintes REUNIÕES DE CONCERTAÇÃO e DECISÕES/emissão de pareceres em CONFERÊNCIA DE SERVIÇOS/PROCEDIMENTAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 25 Conferências Procedimentais (no âmbito do nº 3 do Art.º 86.º do RJIGT) - 6 Conferências Procedimentais (no âmbito do art.º 11.º do RJREN) <p>No âmbito do art.º 24.º do RJREN:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 486 Conferências Procedimentais <p>No âmbito do artigo 13.º-A do RJUE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1908 decisões globais/pareceres e verificados 5819 pareceres, em razão da localização, de todas as entidades intervenientes - 80 conferências decisórias
<p>Garantir a colaboração permanente com as entidades de tutela, contribuindo para a definição das bases gerais de ordenamento de território e urbanismo</p>	<p>No âmbito da colaboração permanente com as entidades de tutela, a DSOT participou nos seguintes trabalhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CNT – todas as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Nacional do Território; - Participação no Grupo ligação do URBACT - Participação no Grupo de Trabalho de assessoria técnica à Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES) <p>Foram verificados processos, relativos ao cumprimento da legalidade no domínio do Ordenamento do Território para a IGAMAOT.</p>
<p>Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT bem como a sua suspensão e estabelecimento de Medidas Preventivas</p>	<p>No âmbito do acompanhamento dos IGT, foram realizados, no prazo legal e inferior a 30 dias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 Reunião Preparatória (no âmbito do Art.º 4º da Portaria n.º 277/2015, de 10/09); - 7 Contributo sobre Interesses a salvaguardar, planos e programas (no âmbito do nº4 do Art.º 5º da Portaria n.º 277/2015, de 10/09); - 8 Parecer sobre 1ºs Estudos (no âmbito do nº4 do Art.º12º da Portaria); - 54 Reuniões/pareceres de Acompanhamento (no âmbito do nº2 do Art.º 86º do RJIGT); - 9 Reuniões Plenárias (no âmbito do Art.º 13º da Portaria n.º 277/2015, de 10/09) - 5 Pareceres Final da CCDRC (no âmbito do Art.º 85.º do RJIGT); - 17 Reuniões e Concertação (no âmbito do Art.º 87.º do RJIGT) - 2 Parecer sobre Alteração simplificada ao PDM (no âmbito do nº3 do Art.º 123º do RJIGT); - 1 Pareceres sobre Correção Material ao PDM (no âmbito do nº3 do Art.º 122º do RJIGT); - 19 processos de Alteração por Adaptação de PDM a PEOT (no âmbito do nº3 do Art.º 198º do RJIGT); - 21 Parecer sobre Suspensão e Medidas Preventivas (no âmbito do nº3 do Art.º 126º do RJIGT); <p>No âmbito do acompanhamento dos REN, foram realizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 48 Pareceres; - 14 Reuniões setoriais;
<p>Emitir parecer no âmbito da Avaliação Ambiental de Planos e Programas</p>	<p>Pareceres emitidos no prazo legal, nunca ultrapassando 30 dias, (no âmbito do nº3 do Art.º 78º do RJIGT)</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 Pareceres sobre Relatórios justificativos da não sujeição a AAE; - 47 Pareceres sobre Relatório de definição do âmbito; - 33 Pareceres sobre Relatórios Ambientais.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Ambiente	Impulsionar o referencial estratégico regional de apoio à promoção e colaboração em iniciativas de Educação e Sensibilização Ambiental	N.º de Iniciativas	2	X		
	Disponibilização de documentos e de informação relevante em matéria de ambiente	Data da atualização: - Informação no Portal	15 dezembro		X	
	Contribuir para a execução das políticas de ambiente através da participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho externos de âmbito nacional e regional e em ações externas e internas de uniformização de procedimentos	(N.º de convocatórias/N.º de Presenças)*100	95%		X	
	Garantir a colaboração permanente com as entidades da tutela e outras, contribuindo para a definição de normativos em matéria de ambiente	% de contributos no prazo solicitado	95%	X		
	Garantir o cumprimento dos prazos legais estabelecidos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA, nomeadamente AIA e análise caso a caso	% de procedimentos de AIA, concluídos dentro do prazo legal	100%			X
		% de procedimentos de Análise Caso a Caso concluídos dentro do prazo legal	90%			X
	Garantir o acompanhamento da fase de pós-Avaliação de projetos que tenham sido sujeitos a procedimentos de AIA.	N.º de projetos acompanhados em sede de pós-avaliação.	20		X	
	Garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar	100 x Nº de entradas com relatórios analisados/n.º de entradas de relatórios no ano	80%			X
	Garantir a divulgação da Qualidade do ar da Região	Disponibilização do relatório anual da qualidade do ar na Região Centro, com base no funcionamento da rede.	15 maio			X
	Manter a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (SIR) e atividade pecuária (REAP)	% de pareceres de licenciamento emitidos no prazo legal.	85%			X
	Manter a eficácia na aprovação e acompanhamento do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) de pedreiras	% de participação na realização vistorias.	90%	X		
		% de pareceres emitidos no prazo legal.	85%			X
	Manter a eficácia no procedimento de licenciamento das operações de gestão de resíduos nos termos do RGGR	Regime Geral % de decisões de aprovação de projeto e de emissões de Alvarás de Licença emitidos no tempo legalmente definido.	90%			X
		Regime Simplificado % de decisões relativas a pedidos de Alvará de Licença emitidas no tempo legalmente definido.	90%		X	

Direção de Serviços do Ambiente	
Objetivos	Fundamentações
Impulsionar o referencial estratégico regional de apoio à promoção e colaboração em iniciativas de Educação e Sensibilização Ambiental	No contexto da Intervenção Regional para a Educação, Sensibilização e Promoção Ambiental (IRESPA), aprovada em 2018, realizou-se 1 ação de sensibilização com alunos do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC), no âmbito da qualidade do ar, acolheram-se 2 estágios (1 do Curso Técnico Superior Profissional em Análises Químicas e Biológicas do ISEC (750 horas) e 1 Estágio APXXI (9 meses)) e foi apresentada a comunicação “Good practices and bottlenecks – Experience from Center region – Portugal”, no IMPEL Air Emission Self Monitoring Workshop.
Disponibilização de documentos e de informação relevante em matéria de ambiente	Procedeu-se à divulgação de todas as consultas públicas no âmbito dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental e de Licença Ambiental.
Contribuir para a execução das políticas de ambiente através da participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho externos de âmbito nacional e regional e em ações externas e internas de uniformização de procedimentos	Foi assegurada a participação nas Comissões e Grupos de Trabalhos, de âmbito regional e nacional, particularmente nos seguintes: <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de trabalho do Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030; • Grupo de trabalho do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030; • Grupo de trabalho do Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030; • Grupo de Pontos Focais das Autoridades de AIA; • EIA/SEA Expert Group Meeting; • Grupo de Trabalho do NREAP; • Grupo de Trabalho do Ar; • Grupo de Trabalho do Relatório Único Ambiental; • Comissão de Acompanhamento dos Leilões PV2020; • Reunião Júri Green Key 2021; • Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Lamas • Acompanhamento da implementação da Convenção de Aarhus.
Garantir a colaboração permanente com as entidades da tutela e outras, contribuindo para a definição de normativos em matéria de ambiente	Foi assegurada a colaboração com a SEA e a APA, nomeadamente na preparação de contributos para alterações legislativas, normas e harmonização de procedimentos, com especial destaque para: PERSU2030, PERNU2030, Plano de Intervenção Pedreiras em Situação Crítica classes 3 e 4, Lei do Clima e implementação da Lei 31/2014, vinculação de Portugal à Convenção de Hong Kong, PROSOLOS, normas técnicas previstas no novo RGGR.
Garantir o cumprimento dos prazos legais estabelecidos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA, nomeadamente AIA e análise caso a caso.	Este objetivo é constituído por 2 indicadores. <ul style="list-style-type: none"> - No que diz respeito aos procedimentos de AIA: 23 dos 25 procedimentos foram concluídos dentro do prazo, correspondendo a 92%, valor abaixo da meta fixada. - Quanto aos procedimentos de Análise Caso a Caso, foram analisados 27 processos de sujeição a AIA, todavia, destes apenas 9 foram efetivamente alvo de uma análise caso a caso, e somente 3 foram concluídos dentro do prazo legal, o que corresponde a 33%, valor abaixo da meta fixada.
Garantir o acompanhamento da fase de pós-Avaliação de projetos que tenham sido sujeitos a procedimentos de AIA.	Foi realizado o acompanhamento de 20 processos de pós-avaliação, não tendo sido realizada nenhuma visita ao local.
Garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar	Foram recebidas 1017 entradas com relatórios para analisar. Até 31.12.2021 foram analisadas 628 entradas, ou seja 61,75%, valor abaixo da meta fixada.
Garantir a divulgação da Qualidade do ar da Região.	O relatório anual não foi divulgado durante o ano de 2021, face a atrasos na sua elaboração e revisão.
Manter a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (SIR) e atividade pecuária (REAP).	Em 26 processos SIR, para 19 foram emitidos pareceres dentro do prazo legal, o que correspondeu a 73%. Em 71 processos REAP, para 58 foram emitidos pareceres dentro do prazo legal, o que correspondeu a 82%. Como o indicador é referente às 2 tipologias de processo, a meta não foi atingida.

<p>Manter a eficácia na aprovação e acompanhamento do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) de pedreiras</p>	<p>Este objetivo é constituído por 2 indicadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> - No que diz respeito à realização de vistorias, foram realizadas 52 das 53 vistorias convocadas, logo 98% de participação, superando a meta fixada. - Quanto ao cumprimento do prazo de emissão de pareceres, 2 dos 19 pareceres emitidos, foram emitidos dentro do prazo legal, o que correspondeu 11%, pelo que a meta não foi atingida.
<p>Manter a eficácia no procedimento de licenciamento das operações de gestão de resíduos nos termos do RGGR</p>	<p>Este objetivo é constituído por 2 indicadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> - No regime geral do RGGR, em 85 decisões, 37 foram emitidas dentro do prazo legal, o que correspondeu a 47%, valor abaixo da meta estabelecida. - No regime simplificado, em 49 decisões, 44 foram emitidas dentro do prazo legal, o que corresponde a 90%, sendo atingida a meta estabelecida. <p>Para 2022, transitaram 165 procedimentos.</p>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Fiscalização	Implementar plano de fiscalização	n.º de ações de fiscalização técnica do plano realizadas pela DSF	70	X		
	Dar resposta às reclamações em tempo útil	n.º de dias de calendário médio para uma resposta em 90% das reclamações/((\sum (data da entrada da reclamação i – data da resposta à Reclamação i))/(n.º de reclamações)	30	X		
	Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território.	n.º de situações resolvidas. Resolvidas - Cumprimento das normas legais aplicáveis após notificação aos infratores	50	X		
	Dar resposta em tempo útil aos pedidos de pareceres no âmbito do regime geral do ruído	n.º de dias (dias úteis) médio para uma resposta em 90% das solicitações/((\sum (data da entrada da solicitação i – data da resposta à solicitação i))/(n.º de solicitações)	30	X		
	Proceder à revisão e atualização dos procedimentos da Fiscalização	n.º de procedimentos aprovados	5	X		

Direção de Serviços de Fiscalização	
Objetivos	Fundamentações
Implementar plano de fiscalização	Relativamente à implementação do plano de fiscalização de 2021, foram realizadas pelos Técnicos da Direção de Serviços de Fiscalização 105 ações de fiscalização relativas a operadores de gestão de resíduos licenciados, nomeadamente de REEE, VFV, RCD, pneus usados, baterias usadas, lamas, aterros de resíduos, de gestão de resíduos perigosos e operadores de gestão de resíduos ilegais, passivos ambientais e pedreiras, gestão de RCD, lamas de ETAR, estabelecimentos industriais, agropecuárias, Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, distribuídos por diferentes locais da Região Centro. A meta de superação era de 70 ações de fiscalização, pelo que o objetivo foi superado.
Dar resposta às reclamações em tempo útil	O tempo de resposta médio dado em 2021 às reclamações no âmbito do ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza, tratadas na Direção de Serviços da Fiscalização foi de 10 dias, em 90% das reclamações. A meta de superação era de 30 dias em 90% das reclamações, pelo que o objetivo foi superado.
Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território.	Na sequência das ações de fiscalização efetuadas no âmbito do plano de fiscalização de 2021 e das ações extraplano de fiscalização foram resolvidas 95 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território. O critério de superação estabelecido era a resolução de 50 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território. Assim, foi superado o presente objetivo.
Dar resposta em tempo útil aos pedidos de pareceres no âmbito do regime geral do ruído	Relativamente aos pedidos de pareceres no âmbito do regime geral do ruído o tempo de resposta foi de 9 dias (média em dias úteis) em 90% das solicitações. A meta de superação era de 30 dias (média em dias úteis) em 90% dos pedidos, pelo que o objetivo foi superado.
Proceder à revisão e atualização dos procedimentos da Fiscalização	Foram atualizados os procedimentos da fiscalização da CCDR-Centro, num total de 10, relacionados com os assuntos mais importantes em matéria de fiscalização: <ul style="list-style-type: none"> • DSF 927/2021 - Circulação de Documentos e processos entre DSR e DSF (P01) • DSF 928/2021 – Elaboração do plano anual de fiscalização (P02) • DSF 929/2021 – Fiscalização no âmbito da apreciação de reclamações – Geral (P03) • DSF 930/2021 – Fiscalização no âmbito da apreciação de reclamações de ruído (P04) • DSF 931/2021 – Fiscalização do cumprimento do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (P05) • DSF 932/2021 – Fiscalização do cumprimento do Regime Jurídico de Conservação de Habitats (Rede Natura 2000) (P06) • DSF 933/2021 – Fiscalização Operadores de Gestão de Resíduos - OGR (P07) • DSF 934/2021 – Fiscalização da deposição de resíduos em aterro (P08) • DSF 935/2021 – Fiscalização dos estabelecimentos industriais (P09) • DSF 936/2021 - Fiscalização da exploração de massas minerais - Pedreiras (P10)

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	Promover a oferta formativa em formato <i>on line</i>	Número de ações de formação realizadas	70% das ações previstas no Plano de Formação para 2021	X		
	Dinamizar Sessões Internas de Formação	Número de sessões realizadas	8 Sessões Técnicas		X	
	Contribuir para o Projeto Papel Zero	Número de processos criados e geridos em formato digital (WebGep, Secretaria Virtual, WeProdoc e SGDC) vs número de processos em papel	90% dos processos em formato digital	X		
		% de processos do GestFunc concluídos	90% dos processos concluídos	X		
	Potenciar a comunicação	Número de comunicações divulgadas na intranet	1 comunicação por mês		X	
		Número de ações de divulgação dos temas de recursos humanos juntos da UO da CCDRC	1 comunicação por UO	X		
	Dinamizar atividades e iniciativas de contato e partilha entre os utilizadores.	Número de iniciativas comemorativas desenvolvidas (eventos de calendário e/ou outras celebrações).	4 eventos		X	
	Infraestrutura tecnológica +++ (mais performance, mais mobilidade, mais segurança)	Implementar a nova solução de armazenamento e cópia de dados– 40%	30 de julho	X		
		Modernizar e atualizar o ambiente dos postos de trabalho (licenciamento Microsoft; solução híbrida do ambiente de trabalho);- 35 %	30 de novembro		X	
		Segurança do sistema de informação – aplicação, e gestão dos serviços firewall - 25%	0 incidentes de segurança por motivo externo			X
	Um sistema aplicacional que responda com eficácia às necessidades da atividade da CCDRC e adaptado às condições impostas pelas adversidades que atravessamos na atualidade.	VIG para edição e visualização dos processos da CCDRC– 25%	30 de abril		X	
		Unidades orgânicas migradas para o novo WebGEP- 50%	100% das UOs em 28 de fevereiro	X		
		Implementar a assinatura digital no SI da CCDRC por CMD- 25%	30 março		X	
		VIG para edição e visualização dos processos da CCDRC– 25%	30 de abril		X	
	Comunicar para melhor informar	Digitalização de publicações do CDI– 40%	20 publicações em 30 dezembro	X		
		Balcão eletrónico da CCDRC – 60%	30 de agosto		X	

Implementação da plataforma da ESPAP "Faturas eletrônicas	Implementação da plataforma Faturas Eletrônicas	1º Semestre		X	
Certificação da Conta de Gerência	Parecer elaborado pelo Fiscal Único	Parecer favorável do FU		X	
Papel Zero – Apresentação da conta de gerência integralmente eletrônica	Validação da conta de gerência pelo Tribunal de Contas	Apresentação da conta de gerência no Tribunal de Contas sem recurso a papel		X	

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	
Objetivos	Fundamentações
Promover a oferta formativa em formato <i>on line</i>	
Dinamizar Sessões Internas de Formação	
Contribuir para o Projeto Papel Zero	
Potenciar a comunicação	
Dinamizar atividades e iniciativas de contato e partilha entre os utilizadores.	
Infraestrutura tecnológica +++ (mais performance, mais mobilidade, mais segurança)	
Um sistema aplicacional que responda com eficácia às necessidades da atividade da CCDRC e adaptado às condições impostas pelas adversidades que atravessamos na atualidade	
Comunicar para melhor informar	
Implementação da plataforma da ESPAP “Faturas eletrónicas” e integração direta das faturas no ERP	Foi implementada a receção de faturas através da plataforma da ESPAP “ Faturas eletrónicas”.
Certificação da Conta de Gerência	A conta de gerência foi remetida ao Tribunal de Contas dentro do prazo estabelecido por Lei, e os documentos remetidos ao fiscal único para análise, no entanto, até à data, este ainda não efetuou a sua certificação. Esta falta de certificação não pode ser imputada à CCDRC porque a tempo fez a entrega de toda a documentação.
Papel Zero – Apresentação da conta de gerência integralmente eletrónica	A conta de gerência de 2021 foi integralmente elaborada ser recurso a utilização de papel.

	Objetivos	Indicadores desempenham	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Centro 2020	Acelerar a execução dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020	Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos avisos	80%			x
	Acelerar a execução dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020	Taxa de Execução dos POR (CENTRO 2020)	60%		x	
	Acelerar a execução dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020	Taxa de cumprimento da regra N+3 (CENTRO 2020)	110%	x		

Centro 2020	
Objetivos	Fundamentações
Acelerar a execução dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020	O elevado número de candidaturas submetidas pelos beneficiários, apenas permitiu que a Autoridade de Gestão atingisse 17,5% do valor previsto para o indicador "Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos avisos".
Acelerar a execução dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020	O grande esforço da Autoridade de Gestão para aumento da execução, resultou numa taxa de 61,1% no final de 2021, colocando o PO num lugar de destaque no contexto do PT2020, tendo superado a meta de 60% que se encontrava definida. O indicador teve uma execução de 101,8% em relação à meta definida para o ano.
Acelerar a execução dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020	O resultado do indicador relativo à execução, permitiu a apresentação de despesa à CE, num valor superior ao previsto (128% face à meta prevista).

	Objetivos	Indicadores desempenham	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
	Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal	T, número médio de dias úteis para emissão de parecer	15 dias úteis para emissão de parecer			x
	Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	T, número médio de dias úteis para resposta às solicitações	20 dias úteis para emissão de parecer ou para comunicação de decisão ao requerente, nas matérias subdelegadas à DSRA	x		
	Garantir, através de ações programadas e/ou de iniciativa própria, nos temas prioritizados pelo Plano de Fiscalização DSF, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	N, número de ações do Plano de Fiscalização DSF e extra plano, com relatório / ordem validada	40 ações	x		
	Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	P, presença efetiva nas reuniões	Assegurar 90% das convocatórias	x		

Divisão Sub-Regional de Aveiro	
Objetivos	Fundamentações
Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal	Em 2021, a DSR de Aveiro não foi chamada pela DSOT/DOTCN a ter qualquer tipo de intervenção concreta no acompanhamento de processos de elaboração ou revisão de IGT's, Objetivo não concretizado, Meta não cumprida. A manter-se a tendência de não solicitação da intervenção da DSR de Aveiro no acompanhamento da dinâmica dos IGT's, o presente objetivo deve ser eliminado.
Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	De um volume global de 396 processos analisados e tramitados na DSR de Aveiro em 2021 (fonte: WebGEP e ferramenta própria de controle interno), os mais relevantes para este objetivo são as ações sujeitas ao regime da Reserva Ecológica Nacional (vulgo "comunicações" REN, bem como reconhecimentos de relevante interesse público, RIP's), electroprodutores e operações de gestão de resíduos, RJAAR, pareceres de localização através do BMAR, pareceres OT no âmbito de AIA, etc. Desta frente de trabalho decorre, mensalmente, a alimentação das bases de dados da REN, em articulação com a DSOT/DGT que, por sua vez, permite a atualização da plataforma Datacentro com indicadores de ordenamento do território e gestão territorial. Meta superada, com tempo médio de resposta de 13 dias úteis (fonte: registo próprio, apoiado no GEP)

<p>Garantir, através de ações programadas e/ou de iniciativa própria, nos temas priorizados pelo Plano de Fiscalização DSF, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território</p>	<p>Em 2021, e apesar dos períodos de tempo ainda afetados pelos confinamentos decretados pelo combate à pandemia, foram realizadas pelos técnicos da DSR de Aveiro 130 ações de fiscalização validadas pelo que o objetivo foi, uma vez mais, superado. Trata-se de uma frente de trabalho intensa e em linha com a dinâmica económica instalada na Sub Região de Aveiro, que implica varrimentos de campo, pesquisa e elaboração de informações, de autos de notícia, de propostas de notificação (ordem), verificação de cumprimento, contacto com municípios e forças policiais, audiências em Tribunal.</p> <p><u>Meta superada</u></p>
<p>Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos</p>	<p>Ao longo do ano de 2021, este objetivo concretizou-se para a totalidade das convocatórias, algumas delas por participação on-line, nos seguintes âmbitos:</p> <p>Comissão de Acompanhamento de processos RJIA, Conferências Decisórias de processos RRAE, Comissão de Vistorias Ambientais, Testemunhas em Tribunal no âmbito de processos de contraordenação ambiental, Comissão Distrital de Proteção Civil de Aveiro, Comissão Distrital de Aveiro de Defesa da Floresta contra Incêndios, Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da CIM Região de Aveiro, Conselho Estratégico da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto.</p> <p><u>Meta superada com comparência em 100% das reuniões e ações conjuntas.</u></p>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	Contribuir para o acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de Programas e Planos Territoriais	1 - Tempo médio para emissão de parecer (Peso: 100%)	10 dias úteis para emissão de parecer		X	
	Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	1 - Ações realizadas em acordo com o Plano da DSF (Peso: 40 %)	30 ações	X		
		2 - Ações não inseridas em plano (Peso: 40 %)	10 ações	X		
		3 - Apreciação de reclamações (Peso: 20 %)	15 dias úteis para emissão de parecer	X		
	Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	1 - Tempo médio de resposta (ações com delegação de competências) (Peso: 50%)	10 dias úteis para emissão de parecer	X		
		2 - Tempo médio de resposta (ações sem delegação de competências) (Peso: 50%)	10 dias úteis para emissão de parecer	X		
	Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	1 - Presenças em reuniões, com prévia emissão de parecer (Peso: 100%)	90% de presenças (n.º de presenças / n.º de convocatórias) x 100		X	

Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	
Objetivos	Fundamentações
Contribuir para o acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de Programas e Planos Territoriais	Foi garantido o prazo de 10 dias úteis para a emissão de pareceres referentes aos processos de acompanhamento da elaboração, alteração e revisão de Planos Territoriais de âmbito municipal
Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	A DSRCB desenvolveu um trabalho intenso e eficaz na área da Fiscalização, não só superando as metas previstas no Plano da Fiscalização como promovendo um vasto conjunto de novas intervenções
Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	De acordo com o controlo interno efetuado e registos do Mapa de Circulação de Processos, o tempo médio de resposta às solicitações dos utentes ficou abaixo de 5 dias em ambos os parâmetros
Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	Foi garantida a participação na maioria das Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos, com uma taxa de 95% de presenças

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Guarda	Garantir o acompanhamento, no âmbito da cooperação técnica e financeira, às Autarquias Locais e outras Entidades pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda	Percentagem dos documentos previsionais e de prestação de contas verificados, no prazo estabelecido pela DGAL, remetidos/disponibilizados pelas Câmaras Municipais pertencentes às NUTs III Beiras e Serra da Estrela e Viseu e Dão Lafões (Peso: 50%)	90%	X		
		Tempo médio de resposta, em dias úteis, para apreciar candidaturas e informar pedidos de comparticipação, após processo devidamente instruído (Peso: 50%)	10	X		
	Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Programas e Planos Territoriais	Percentagem de contributos, no prazo estipulado pela DSOT/DOTCN e/ou Entidades responsáveis pela elaboração dos Programas e Planos, para a emissão de pareceres (Peso: 100%)	95%		X	
	Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Percentagem de situações em que o tempo de resposta, na emissão de pareceres e propostas de decisão, não excede 15 dias úteis, após a correta instrução do processo (Peso 50%)	95%	X		
		Percentagem de presenças asseguradas em grupos de trabalho, vistorias, conferências decisórias, CMDF e outras. Peso 50%)	95%	X		
	Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente, do ordenamento do território e dos Incentivos do Estado à Comunicação Social	4.1 – Nº de ações de fiscalização realizadas e devidamente informadas de acordo com os procedimentos/normas estabelecidos - (Peso: 50%)	10	X		
		4.2 – Percentagem de situações em que o tempo de resposta às reclamações não excede 20 dias úteis após a sua receção na DSR- (Peso: 50%)	95%	X		

Divisão Sub-Regional de Guarda	
Objetivos	Fundamentações
Garantir o acompanhamento, no âmbito da cooperação técnica e financeira, às Autarquias Locais e outras Entidades pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda	Foram verificados e analisados os documentos previsionais e de prestação de contas dos municípios pertencentes às NUTS III “Beiras e Serra da Estrela” e “Viseu Dão Lafões”. Foram, ainda, verificados todos os documentos previsionais e de prestação de contas remetidos pelas Juntas de Freguesia pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda Na análise das candidaturas e dos pedidos de comparticipação, no âmbito dos programas relacionados com a cooperação técnica e financeira, foram utilizados, em média, 3 dias úteis.
Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Programas e Planos Territoriais	A DSR da Guarda elaborou, no prazo estipulado, conjuntamente com a DSOT/DOTCN, as necessárias informações/pareceres, a fim de se poder dar seguimento aos procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal da área de intervenção da DSR da Guarda.
Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	A DSR da Guarda emitiu parecer e/ou proposta de decisão num prazo inferior a 15 dias úteis em 98,9% das solicitações que lhe foram dirigidas. A DSR da Guarda garantiu a representação da CCDRC em 100% das solicitações que lhe foram dirigidas, das quais se podem destacar o elevado número de reuniões das Comissões Municipais de Defesa da Floresta, Vistorias e Grupos de Trabalho.
Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente, do ordenamento do território e dos Incentivos do Estado à Comunicação Social	No âmbito do Plano de Fiscalização, foram realizadas e devidamente informadas, de acordo com os procedimentos estabelecidos, 31 ações de fiscalização, não contabilizando a análise dos processos dos loteamentos. A DSR da Guarda informou, com proposta de resposta quando aplicável, e remeteu à DSF, num prazo inferior a 20 dias úteis, 100% das reclamações apresentadas e/ou remetidas a esta U.O..

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Leiria	Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Ind.1. – Tempo médio de resposta, em dias uteis. (Peso: 60%)	15 dias	X		
		Ind.2 – Percentagem de contributos dentro do prazo estabelecido pela DSA. (Peso 40%)	93% (n.º de contributos dentro do prazo estabelecido pela DSA/n.º de solicitações)x 100	X		
	Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território.	Ind.1 – Numero de ações de fiscalização realizadas e devidamente informadas de acordo com os procedimentos e normas (Peso: 80%)	15 ações	X		
		Ind.2 – Tempo médio de resposta às reclamações, em dias úteis, após a sua receção na DSR. (Peso: 20%)	22 dias	X		
	Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos.	Ind.1– Percentagem de presenças em reuniões, com prévia análise/informação/concertação de posição a incorporar nas respetivas atas (Peso: 100%)	94 % (n.º de presenças/n.º de convocatórias) x 100	X		
Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Programas e Planos Territoriais	Ind.1 – Percentagem de contributos, através de informações, participações em reuniões, no âmbito da elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais, solicitados pela DSOT/DOTCN, dentro do prazo definido. (Peso: 100%)	93% (numero de respostas / numero de solicitações) x100		X		

Divisão Sub-Regional de Leiria	
Objetivos	Fundamentações
Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	<p>Indicador 1: O objetivo foi superado porque o tempo médio de resposta foi de 5 dias úteis em 2021.</p> <p>Indicador 2: Tendo em conta o n.º de solicitações e os prazos estabelecidos para as respetivas respostas, quer pela DLPA, quer pela DAA, verifica-se que foi superado o indicador para a “Meta”, numa percentagem bem superior a 93%.</p>
Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	<p>Indicador 1: O objetivo foi superado, porque foram realizadas 61 ações em 2021, das quais 13 do PNFA 2021.</p> <p>Indicador 2: O tempo médio de resposta, em dias úteis, foi de 8 dias úteis, ficando aquém dos 22 dias úteis utilizados para “Meta”.</p>
Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos.	Relativamente à meta estabelecida, verificou-se uma presença de representantes desta Divisão Sub-Regional, em 100% das solicitações, com a devida elaboração prévia das necessárias informações e respetiva concertação de posições.
Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Programas e Planos Territoriais	Foram sempre analisadas e respondidas as solicitações que chegaram a esta Divisão Sub-Regional, quer através de informações no GEP, quer através de e-mails e reuniões.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Viseu	Garantir o acompanhamento, no âmbito da cooperação técnica e financeira, a Entidades pertencentes à área de intervenção da DSR de Viseu	Tempo médio de resposta, em dias úteis, para apreciar candidaturas e informar pedidos de comparticipação, após processo devidamente instruído. (Peso =100%)	10		x	
	Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal	Percentagem de contributos, através de informações e/ou participação em reuniões, solicitados pela DSOT/DOTCN, ou pelos municípios, dentro do prazo definido. (Peso =100%)	95%		x	
	Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Percentagem de situações em que o tempo de resposta na emissão de pareceres e propostas de decisão, não excede 15 dias úteis, após a correta instrução do processo. (Peso =50%)	95%	x		
		Percentagem de presenças asseguradas, face às solicitações, em Grupos de Trabalho, Vistorias, Conferências Decisórias, CMDF e outros. (Peso=50%)	95%	x		
	Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	N.º de ações de fiscalização realizadas e devidamente informadas, de acordo com os procedimentos e normas estabelecidos. (Peso =50%)	10	x		
		Percentagem de situações em que o tempo de resposta às reclamações, não excede 20 dias úteis, após a sua receção na DSR. (Peso =50%)	95%	x		

Divisão Sub-Regional de Viseu	
Objetivos	Fundamentações
Garantir o acompanhamento, no âmbito da cooperação técnica e financeira, a Entidades pertencentes à área de intervenção da DSR de Viseu	A resposta às solicitações apresentadas pelas Entidades nesta DSR, para apreciação das candidaturas, no âmbito do SP2, foi, em média, de 3 dias úteis. Contudo, não foi solicitado, a esta DSR, qualquer acompanhamento de verificação de pedidos de participação.
Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal	Os contributos solicitados, quer pela DSOT/DOTCN, quer pelos municípios, nomeadamente agendamentos e participação em reuniões, foram respondidos em tempo útil.
Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	O tempo de resposta às solicitações, na emissão de pareceres e propostas de decisão, em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, foi inferior a 15 dias úteis em 98% das situações. Também as solicitações para participação em Grupos de Trabalho, Vistorias, Conferências Decisórias e Comissões municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, foram asseguradas em mais de 98% das situações.
Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	Foram realizadas e devidamente informadas 28 ações de fiscalização, tendo a meta sido largamente ultrapassada. Foram, ainda, informadas e remetidas à DSF, num prazo inferior a 20 dias úteis, todas as reclamações apresentadas nesta DSR.

**Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2
alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro**

Questionário de Avaliação do grau de satisfação dos utentes/parceiros da CCDRC - 2021

Considerando a sua experiência de relacionamento com a CCDRC, qual é o grau de satisfação que associa a cada um dos seguintes serviços:

comunicacao.ccdrc@gmail.com [Mudar de conta](#)



Não partilhado

Presidência da CCDRC e Comissão Diretiva do Centro 2020

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito

Muito Satisfeito

Serviços de Ambiente

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito

Muito Satisfeito

Serviços de Fiscalização

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito

Muito Satisfeito

Serviços de Ordenamento do Território

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito

Muito Satisfeito

Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito

Muito Satisfeito

Serviços de Desenvolvimento Regional

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito

Muito Satisfeito

Divisões Sub-regionais (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito

Muito Satisfeito

Centro 2020 - Programa Operacional do Centro

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito

Muito Satisfeito

CCDR e Centro 2020 numa apreciação global

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito

Muito Satisfeito

De modo a procedermos a uma melhoria dos nossos serviços, muito agradecemos que partilhe connosco as suas sugestões.

A sua resposta

Inquérito Interno

IMAGEM E COMUNICAÇÃO (INTERNA E EXTERNA)

1. A CCDRC tem boa reputação no exterior.
2. A CCDRC é um bom lugar para trabalhar.
3. Os prémios e as formas de reconhecimento atribuídos à CCDRC são divulgados internamente e conhecidos por todos os colaboradores.
4. A forma de comunicação interna utilizada na Comissão é adequada.
5. Existe boa comunicação entre as chefias diretas e os colaboradores.
6. Existe boa comunicação entre colaboradores do mesmo nível hierárquico
7. Existe abertura a novas ideias e propostas de mudança.
8. Identifico-me com a imagem institucional da organização transmitida para o exterior.
- 9.

LIDERANÇA E GESTÃO

10. A forma como a CCDRC está organizada facilita a resposta aos problemas e necessidades de todos os públicos (interno e externo)
11. A afetação dos meios (humanos, tecnológicos e financeiros) é adequada.
12. As normas e os procedimentos internos contribuem para a melhoria do desempenho dos colaboradores e, conseqüentemente, da Comissão.
13. A minha chefia dá-me autonomia adequada para a função que exerço
14. Considero que o trabalho desenvolvido pela CCDRC é um trabalho de Qualidade
15. Considero que existe uma Cultura de Qualidade abrangente a toda a organização

RESPONSABILIDADE, SATISFAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

16. Como colaborador, cumpro com as minhas responsabilidades ao serviço da CCDRC.
17. Estou satisfeito com as funções que desempenho.
18. Considero que o meu desempenho é parte integrante do sucesso da organização.
19. O meu desempenho é avaliado.
20. O meu desempenho é reconhecido.
21. Tenho recebido a formação adequada ao exercício da minha função.
22. Considero que a CCDR facilita a conciliação do meu trabalho com a minha vida familiar

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E COOPERAÇÃO

23. Considero que, na CCDRC, existe um bom relacionamento entre colegas.
24. Considero que, na CCDRC, existe um bom relacionamento com as chefias diretas.

25. Considero que, na CCDRC, existe cooperação entre os diferentes grupos profissionais.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

26. Considero que as instalações da CCDRC são adequadas à sua atividade.
27. Estou satisfeito com as condições de segurança e saúde do meu posto de trabalho.
28. Os equipamentos de trabalho são adequados.
29. Estou satisfeito com a resposta da CCDRC ao contexto da pandemia no que diz respeito à proteção dos seus trabalhadores (ex.: EPI's, medidas de higienização, etc)
30. Considero que a alteração dos formatos de trabalho em função da pandemia se traduziu num benefício para os trabalhadores (ex.. trabalho à distância, etc)

ESTRATÉGIA

31. Conheço a Missão, os Valores e os Objetivos da CCDRC.
32. Conheço a Estratégia da CCDRC.
33. Conheço o conteúdo das minhas funções e responsabilidades.
34. Identifico-me com os pontos acima referidos (nº31 e nº32)